



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

GENICK MBAKI MASONGELE

IMPERIALISMO: DO MUNDO PARA A COLONIZAÇÃO DO CONGO

**PALMAS – TO
2016**

GENICK MBAKI MASONGELE

IMPERIALISMO: DO MUNDO PARA A COLONIZAÇÃO DO CONGO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Airton Cardoso Caçado

PALMAS – TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- M412i Masongele, Genick Mbaki.
Imperialismo: do mundo para a colonização. / Genick Mbaki Masongele. –
Palmas, TO, 2016.
100 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Desenvolvimento Regional, 2016.
Orientador: Airton Cardoso Cançado
1. Imperialismo. 2. Colonização. 3. Teorias de Dependência. 4. República
Democrática do Congo. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

8

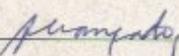
GENICK MBAKI MASONGELE

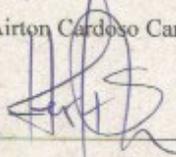
“IMPERIALISMO: DO MUNDO PARA A COLONIZAÇÃO DO CONGO”.

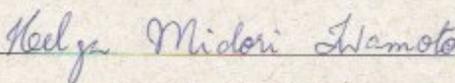
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Desenvolvimento Regional da
Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de mestre.
Orientador: Prof. Dr. Airton Cardoso Caçado

Aprovado em 12/04/2016.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Airton Cardoso Caçado (Orientador)


Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva - UFT


Profa. Dra. Helga Midori Iwamoto - UFT

À memória da minha querida mãe,

Jeanne Bopendo

AGRADECIMENTOS

De repente essa parte do trabalho torna-se para mim a mais difícil. Durante esses dois anos trabalhosos e intensos, muitas pessoas entraram e saíram da minha vida e merecem os meus mais sinceros agradecimentos, vamos lá!

Acima de tudo, gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado força, conhecimento, saúde e confiança para seguir adiante, passando por toda a adversidade que me foi posta neste caminhar.

Agradeço, em especial, minha base para vida, meu pai, Ernest MbakiMasongele, pela vida, educação e pelo estímulo constante para que eu continuasse os meus estudos. Sempre ao meu lado, ele me deu forças e mais do que tudo a confiança, acreditando que um dia eu conseguiria.

À minha família, em especial a minha madrasta, Marie José Nkipedi, a minha tia querida, MartheNionziLuzayadio, por ter me criado como filho, e aos meus irmãos. O fato de vocês existirem já é um motivo suficiente para agradecer, no entanto, aliado a isso o amor incondicional que nunca me negaram o apoio nos momentos de insegurança e fragilidade.

Agradeço à minhas tias pelos conselhos, incentivos e tantas outras que ajudaram a construir meu caráter. Elas cuidaram muito de mim durante minha infância para não sentir tanto a perda da minha mãe.

À *macherie* Sarah Chade MusangiKakaninapor encantar a minha vida com sua presença. Por ter me dado todo o carinho e a alegrianos momentos bons e difíceis. Enfim, sem você essa jornada jamais seria a mesma. Que sorte do meu sorriso ter você como motivo.

Gostaria de manifestar minha gratidão ao meu professor orientador Airton Cardoso Cançado pela atenção e grande paciência nas orientações e nas disciplinas cursadas durante este mestrado. Obrigado Professor pelos ensinamentos válidos por toda uma vida.

Ao professor co-orientador Célio Alcântara pela participação na construção desta dissertação. Deixo minha admiração pela sua postura, humildade e dedicação profissionais.

Aos professores e professores de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, pelas reflexões, debates e críticas para o meu desenvolvimento intelectual.

Com muito carinho agradeço meus amigos e amigas conquistados nesses dois anos de mestrado: Ana Paula, Fabricio, Lauriane, Karol, Luciane, Jeany, Évelin, Flavio, Soraya, Evenise, Selma, Sandra, Hareli, Fernanda, Gildene, Edwin, André, Ana. Com especial agradecimento aos cinco últimos, com os quais convivi e troquei conhecimentos da vida.

Às amigadas construídas em Palmas, alguns merecem atenção especial por quem tenho grande carinho: Luana Borges, que passou comigo grandes apuros na graduação e no mestrado, Rogerio Cardoso, meu *bro* sempre disposto a me ajudar.

E, finalmente, agradeço aos meus amigos africanos e a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Abaixo o imperialismo, abaixo o racismo, o tribalismo; viva a nação congoleza, viva a África independente”. **Patrice Emery Lumumba**

RESUMO

A presente dissertação propõe estudar o impacto do imperialismo e a manutenção posterior dos laços de dependência da economia da República Democrática do Congo. Estudar o imperialismo, no mundo e, particularmente, a colonização do Congo pela Bélgica, exige um estudo da sua história. A pergunta que norteou esta dissertação foi: quais foram as consequências geradas pelo colonialismo? No primeiro momento, faz-se uma discussão teórica sobre os preceitos básicos do imperialismo, apresentando a sua origem e os principais motivos da partilha do mundo entre os países capitalistas, particularmente a divisão do continente africano. Em seguida, aborda-se o processo da colonização da República Democrática do Congo, caracteriza-se a colonização belga e a luta pela independência. O período pós-independência é caracterizado pelo caos da situação política no país. No penúltimo capítulo, apresenta-se a teoria da dependência, a lei das vantagens comparativas e a deterioração dos termos de troca. Por fim, faz-se uma análise interpretativa dos dados da balança comercial do Congo com base das concepções teóricas abordadas neste trabalho. De forma final, conclui-se que a República Democrática do Congo possa por momentos de muita instabilidade política depois da sua independência. Essa situação freia seu desenvolvimento. Na ótica da divisão internacional de trabalho, a economia congoleza atual se baseia nas exportações das matérias primas e nas importações dos bens industrializados.

Palavras Chave: Imperialismo, Colonização, Teorias de Dependência, República Democrática do Congo

RESUMÉ

Ce mémoire se propose d'étudier l'impact de l'impérialisme et l'entretien ultérieur de liens de dépendance de l'économie de La République Démocratique du Congo. Étudier l'impérialisme dans le monde, et en particulier la colonisation du Congo par la Belgique, exige une étude de son histoire. La question qui a guidé ce mémoire a été: quelles sont les conséquences générées par le colonialisme? Dans un premier temps, il s'est fait une discussion théorique sur les préceptes fondamentaux de l'impérialisme, présentant son origine et les principales raisons de la division du monde entre les pays capitalistes, particulièrement la division du continent africain. Ensuite, on aborde le processus de colonisation de la République Démocratique du Congo, caractérisant la colonisation belge et la lutte pour l'indépendance. La période post-indépendance est caractérisée par le chaos de la situation politique dans le pays. Dans l'avant-dernier chapitre, se présente la théorie de la dépendance, la loi de l'avantage comparatif et la détérioration des termes de l'échange. Enfin, se fait une analyse interprétative des données de la balance commerciale du Congo sur base des concepts théoriques abordés dans ce travail. Finalement, il est conclu que la République Démocratique du Congo passe par des moments d'une grande instabilité politique depuis son indépendance, cette situation ralentit son développement. Dans la perspective de la division internationale du travail, l'économie congolaise actuelle est basée sur les exportations de matières premières et les importations de produits manufacturés.

Mots-clés: Impérialisme, Colonisation, Théories de Dépendance, République Démocratique du Congo

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –Áreas Coloniais entre 1884 A 1900	12
Tabela 02 –PIB entre 1960 e 2014 em bilhões U\$	52
Tabela 03 –PIB per capita entre 1960 e 2014 em US\$.	56
Tabela 04 –As exportações por categoria de produtos entre 2004 e 2014... ..	63
Tabela 05 –As Taxas de Crescimento exportações por categoria de produtos entre 2005 e 2014	64
Tabela 06 –As Exportações de produtos congolese, por país de destino entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000.	65
Tabela 07 –.As Taxas de Exportações de produtos por país entre 2005 e 2014.....	66
Tabela 08 –As importações por categoria de produtos entre 2004 e 2014	71
Tabela 09 –As Taxas de Crescimento importações por categoria de produtos entre 2005 e 2014.....	72
Tabela 10 –As Importações de produtos por país entre 2004 e 2014.....	73
Tabela 11 –As Taxas de Exportações de produtos por país entre 2005 e 2014.....	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 –Partilha da África	14
Figura 02 –Bacia do Congo	19
Figura 03 –Estado Independente do Congo.....	21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – PIB entre 1960 e 2014 em bilhões US\$.....	54
Gráfico 02 – PIB per capita entre 1960 e 2014 em US\$	57
Gráfico 03 –As exportações por categoria de produtos em 2014 em \$ US 1,000.....	67
Gráfico 04 –As importações por categoria de produtos em 2014 em \$ US 1,000... ..	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAKO : Associação de Bakongo

ABIR : Indian Rubber Anglo-Belgium Cia

AFDL: Aliança das Forças Democráticas para a Liberação do Congo

AIA: Associação Internacional Africana

CCC : ComptoirCommerce Congo

CEI : Comissão Eleitoral Independente

CEPAL : Comissão Econômica para a América Latina

CPP : Comitê duPouvoirduPeuple

EIC : Estado Independente do Congo

MLC : Movimento de Libertação Congolês

MNC : Movimento Nacional Congolês

MPR : Movimento Popular da Revolução

ONU : Organização das Nações Unidas

OPEP : Organização dos Países Exportadores do Petróleo

PIB per capita: Produto Interno Bruto per capita

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

RCD : RassemblementCongolaispourlaDémocratie et laLibérationdu Congo

UMHK : União de Mineração de Haut-Katanga

URSS : União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 IMPERIALISMO	05
1.1 A ERA DO IMPERIALISMO	05
1.2 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL	09
1.3 PARTILHA DO MUNDO ENTRE AS POTÊNCIAS CAPITALISTAS	11
1.4 A PARTILHA E A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA.....	13
2 PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	17
2.1 CONFERÊNCIA DE BERLIM	17
2.2 COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	18
2.2.1 O Período entre 1482 e 1885	18
2.2.2 O Estado Independente do Congo (1885-1908).....	20
2.2.2.1 O <i>Portage</i>	23
2.2.2.2 As Corveias para Comida.....	25
2.2.2.3 A Colheita da Borracha.....	25
2.2.3 O Congo Belga	26
2.2.4 Caracterização da colonização belga.....	27
2.2.5 A luta pela independência.....	28
3 A SITUAÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO APÓS A INDEPENDÊNCIA	33
3.1 CAOS PÓS-INDEPENDÊNCIA, ASCENSÃO DE MOBUTU E ASSASSINATO DE LUMUMBA (1960 ATÉ 1965).....	33
3.2 A DITADURA DE MOBUTO SESE SEKO (1965 até 1997)	35

3.3A DITADURA DE LAURENT DÉsirÉ KABILA (1997-2001)	37
3.4O ESTADO EM JOSEPH KABILA E INÍCIO DA DEMOCRACIA	38
4A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	40
4.1CARACTERIZAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO COMO UMA CONDIÇÃO DA PERIFERIA ..	40
4.2A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS	42
4.3A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA	43
4.4A DOENÇA HOLANDESA OU A MALDIÇÃO DAS RIQUEZAS NATURAIS	45
5ÁNALISE DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	49
5.1SITUAÇÃO DA ECONOMIA CONGOLESA ATUAL	49
5.1.1A Província do Katanga.....	50
5.1.2O Produto Interno Bruto	52
5.1.3O Produto Interno Bruto per Capita	56
5.1.4Questões políticas do período pós Independência.....	58
5.1.5Nacionalização das unidades de produção (1967) e a Zairianisation (1973)	60
5.2AS EXPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	61
5.3AS IMPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	70
5.4AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A ÁFRICA E A CHINA	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo se tornou o segundo maior país da África após a independência do Sudão do Sul em 2011. Segundo os dados do Banco Mundial, o país é o mais populoso da África Central, com cerca de 68 milhões de habitantes. É conhecida como "Congo - Kinshasa" para evitar confundi-la com a República do Congo (Congo - Brazzaville). Apesar dos dois países terem o francês como a língua oficial, é importante lembrar que o Congo-Kinshasa foi colonizado pela Bélgica, e o Congo-Brazzaville é a antiga colônia francesa.

Por suas condições físicas, o Congo é uma espécie de *Pivot Central* africano. Riquezas naturais abundantes; paisagem climato-botânica adequada; travessia para o interior pelas vias fluviais, tanto no sentido latitudinal quanto no longitudinal; além do fácil acesso aos dois oceanos: o Índico e o Atlântico (MILANI, 2011, P.119).

O país é considerado como um país de paradoxos¹. Enquanto seu território tem recursos naturais abundantes e diversificados o país ainda está nas últimas posições do ranking do desenvolvimento humano. Milhões dos cidadãos congolese são privados de capacidades suficientes para ampliar as suas escolhas para uma vida mais longa e decente.

É nessa perspectiva que Omana (2000) afirma que a República Democrática do Congo é um país onde a natureza tem sido particularmente generosa, sem problemas de falta dos recursos naturais. Os seus problemas principais consistem da ausência de meios e, mais particularmente, de uma estrutura organizacional favorável para o desenvolvimento de unidades de produção, de um lado, a falta de financiamento, tanto interno quanto externo, de outro.

A escolha do presente tema para a dissertação de mestrado reflete a disposição de compreender o fenômeno do imperialismo no mundo, e especificamente, no continente africano. Assim, esta dissertação de mestrado é fruto de novos questionamentos advindos do trabalho de conclusão de nossa graduação em Ciências Econômicas. O estudo partiu dos

¹ Segundo Pole Institute (2010).

indicadores socioeconômicos, que são os mecanismos usados para classificar os países como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Porém, percebeu-se a importância de entender a história do Congo desde a sua colonização, pois gerou um impacto muito grande na situação socioeconômica atual do país. Dessa forma, não se pode simplesmente esquecer as consequências do imperialismo neste país da África Central.

Com base nessa questão, o objetivo geral desta dissertação de mestrado é estudar o impacto do imperialismo e a manutenção posterior dos laços de dependência da economia da República Democrática do Congo, ressaltando que estudar o imperialismo no mundo e particularmente a colonização do Congo pela Bélgica, exige um estudo da história do continente africano. Os objetivos específicos baseiam-se em: a) apontar os motivos pelos quais as grandes potências mundiais da época partilharam o mundo; b) estudar o processo colonial na República Democrática do Congo, caracterizando a economia congoleza durante e após a colonização pela Bélgica.; c) confrontar a teoria do imperialismo com a teoria da dependência.

Pautado nisto, este trabalho justifica-se pelas consequências geradas pelo colonialismo. Durante a colonização, a República Democrática do Congo era apenas uma barata fonte matérias-primas, onde os recursos eram explorados, ou seja, os europeus capitalistas penetraram o território somente para permitir a extração e a transferência de recursos para a Bélgica.

Do ponto de vista metodológico, a análise privilegiou a abordagem histórico-estruturalista. Dessa forma, o referencial teórico abrange a teoria do imperialismo e a teoria da dependência, lançando luz sobre as relações centro-periferia a partir do processo histórico da partilha do continente africano e do processo de colonização da República Democrática do Congo.

Para realização desta pesquisa exploratória, foi inicialmente feita uma revisão bibliográfica recorrendo-se a livros, revistas e artigos, que tratam do tema abordado, de forma a subsidiar teoricamente as discussões pertinentes.

No que concernem os dados secundários utilizados nesta pesquisa, será feito um levantamento sobre o PIB, o PIB per capita e a balança comercial da economia congoleza junto às instituições internacionais (Banco Mundial e *International Trade Centre*). Nesta parte, serão analisadas especificamente as importações e as exportações do Congo após a independência da Bélgica, descrevendo os produtos que o país mais importa e exporta.

Para analisar as relações de troca entre a República Democrática do Congo e seus parceiros comerciais, será feita uma análise interpretativa. Assim, os dados permitirão observar se a teoria da deterioração dos termos de troca – segundo a qual os países periféricos tendem a apresentar uma contração da capacidade de importar no longo prazo, derivada da tendência distinta nos preços das matérias primas frente os bens manufaturados – é pertinente para a análise das relações pós-independência.

Nessa seção será feita a análise assentada na estatística descritiva. Segundo Hoffmann (2009), esta forma de estatística se refere à coleta de dados e à apresentação desses dados em tabelas e gráficos.

De acordo com o autor, a estatística descritiva, é a estatística que se refere à maneira de apresentar sucintamente um conjunto de dados e de descrevê-los, e a inferência estatística, que trata das generalizações que podem ser feitas à partir de informações incompletas. Em outras palavras, os dados coletados com determinada finalidade são colocados em uma tabela, descritas a partir de estatísticas, são analisados para fazer inferência. Nas últimas décadas, a aplicação de técnicas estatísticas para analisar os problemas econômicos, é crescente. Assim, os economistas usam métodos estatísticos para estimar os parâmetros envolvidos, para explicar as relações teóricas variáveis econômicas.

Este estudo encontra-se subdividido em cinco capítulos, além das considerações finais e desta introdução. No primeiro capítulo abordou-se a revisão dos principais aspectos teóricos relativos à temática do imperialismo, abordando a era do imperialismo, a acumulação do capital e a partilha do mundo entre os capitalistas. Já no segundo capítulo tratou-se de processo de colonização e da luta pela independência na República Democrática do Congo, caracterizando a colonização belga. O terceiro capítulo apresentou a situação política da República Democrática do Congo após sua independência, descreveu-se o período da ditadura durante 32 anos e a instauração da democracia.

O quarto capítulo, abordou-se a fundamentação teórica sobre a relação de dependência entre a periferia e o centro, discutiu-se a lei das vantagens comparativas e a deterioração dos

termos de trocas. O quinto e, último capítulo, apresentou os principais eixos de análise das exportações e das importações do Congo, bem como a interpretação dos resultados obtidos no desenrolar da revisão de literatura.

Por fim, foram expostas as considerações provenientes da realização desta dissertação, como também apresentou-se os problemas que encontra a República Democrática do Congo para encaminhar em desenvolvimento.

1. IMPERIALISMO

Este capítulo objetiva discutir o conceito, a origem e os motivos do imperialismo no mundo. Sua estrutura encontra-se dividida em quatro seções. Na primeira apresenta-se o conceito do imperialismo e seu surgimento no mundo. Na segunda aborda-se o motivo da acumulação da mais valia. Já na terceira trata-se da partilha do mundo entre as potências capitalistas. E, por fim, na última seção são apresentadas especificamente a partilha e a colonização da África.

1.1 A ERA DO IMPERIALISMO

O conceito “Imperialismo” começou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico a partir dos anos 1890, durante um período caracterizado pelas discussões sobre a conquista colonial. A dimensão econômica deste conceito foi adquirida ao longo do tempo e nunca mais se perdeu. Já existiam os imperadores e impérios, mas o imperialismo era um conceito novo em fins do século XIX (HOBSBAWM, 1988, p.92).

Apesar das características diferentes entre os impérios da antiguidade (egípcio, assírio e persa) e os mais recentes da história, Schumpeter (1961) afirma que todos eles tem um traço básico comum: a disposição de expandir-se ilimitadamente pela força.

Dessa forma, Schumpeter (1961) coloca em evidência os fatos históricos do imperialismo. Em primeiro lugar, são as tendências sem objetivo de expansão pela força, sem limites definidos e utilitárias. Em outras palavras, a inclinação instintiva para a guerra e a conquista tinham uma grande importância.

Em segundo lugar, são as necessidades vitais de situações que levam povos e classes a serem guerreiros para evitar sua extinção. E em terceiro lugar, vem a existência de fatores subsidiários que facilitam a sobrevivência. Esses fatores podem ser divididos em dois grupos seguintes:

A orientação para a guerra é estimulada principalmente pelos interesses internos das classes dominantes, mas também pela influência de todos os que têm a ganhar, individualmente, com uma política beligerante, seja economicamente, seja socialmente. Ambos os grupos de fatores são geralmente superados por elementos de um caráter diverso, não somente em termos de fraseologia política, mas também de motivação psicológica. (SCHUMPETER, 1961, p.86).

De acordo com Hobsbawm (1988), a palavra foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, mas sua explosão no uso geral começou nos anos 1890. Foi em especial a partir de 1900 que os intelectuais começaram a escrever livros sobre o novo conceito, sendo o liberal britânico J. A. Hobson considerado um dos pioneiros. Para algumas correntes de pensamento o “imperialismo” não seria um conceito novo, é apenas uma era pré-capitalista.

Para Mariutti (2013), apesar do conceito “Imperialismo” ser relativamente recente, ele já era associado os fenômenos que tenham acontecidos em várias épocas da história. Foi o termo *imperialiste* que abriu o caminho para a criação da palavra *imperialisme*, ela designava os partidários do império napoleônico. Porém, tornou se popular na França na cerca de 1830 e ganhou força no mundo anglo-saxônico apenas na década de 1870 como uma crítica da política de Disraeli².

De acordo com Schumpeter (1961), o imperialismo é “atávico”. Em outros termos, é um elemento que provém de condições vivas do passado. Na interpretação econômica, ele provém antes das relações de produção predominantes no passado do que das que existem hoje.

Para o mesmo autor, nossa era herdou as tendências imperialistas da autocracia absoluta. Foi o imperialismo que floresceu antes da revolução industrial. No entanto, o capitalismo só começou a modelar a sociedade na segunda metade do século XVIII. Antes existiam apenas algumas ilhas de economia capitalista num oceano de economia rural e urbana. Porém, essa situação mudou com a revolução industrial (SCHUMPETER, 1961, p. 104).

De acordo com Harvey (2013), a palavra “Imperialismo” aparece facilmente na fala cotidiana das pessoas. Porém tem vários sentidos para explicar seu uso. Desse modo, o autor a define da seguinte forma:

Defino aqui a variedade especial dele chamada imperialismo capitalista como uma fusão contraditória entre a política do Estado e do império (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos

² Tinha como objetivo converter as colônias inglesas em membros autônomos de um império unificado.

desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia) (HARVEY, 2013, p. 31).

Nesse contexto, o capitalista que detém o capital financeiro vai aplicá-lo no lugar que possa haver mais lucro, ou seja, simplesmente ele procura acumular mais capital. Contrariamente, os políticos e governantes buscam a manter ou aumentar o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. Dessa maneira, existem contrastes entre eles. O homem capitalista busca as vantagens individuais e o homem de Estado busca vantagens coletivas (HARVEY, 2013).

Lênin (1991) considera o imperialismo de forma sintética como a fase monopolista do capitalismo. Para ele, se trata de capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde há afirmação da dominação dos monopólios e do capital financeiro. Nesta fase, a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano. Assim, começou a partilha do mundo entre as maiores potências capitalistas.

De acordo com Araújo (2011), o imperialismo nasceu a partir das transformações do capitalismo ao longo da segunda revolução industrial. O surgimento do capital financeiro e forte concorrência entre estados foram fundamentais para o surgimento do imperialismo. Esta fase foi caracterizada não apenas por generalização dos autodenominados imperadores na Europa, mas pelo domínio dos europeus nas regiões atrasadas como na África e na Ásia.

Dessa forma, o autor afirma que a expansão do fenômeno do imperialismo está associado ao desenvolvimento do capital financeiro e do capital industrial. A tendência era a internacionalização do capitalismo e penetração em regiões não capitalistas, permitindo a ampliação da reprodução do capital para a geração da mais valia. De modo geral, os países imperialistas tinham as seguintes metas ao longo desta fase: emigração do excedente da população, conquistas dos novos mercados consumidores, novos espaços para o investimento do capital financeiro e procura de matérias primas baratas.

Na mesma senda, K. Kautsky, considerado o principal teórico marxista da época, define o imperialismo como um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Trata-se da tendência de que cada país capitalista industrial tem de anexar regiões agrárias sempre

maiores, quaisquer que sejam os povos que as povoam. Simplesmente seria a característica do capitalismo do período, referindo-se ao domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos, sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e observa-se que, com afinco, os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem toda possibilidade de concorrência.

Para conquistar esses mercados não capitalistas, o imperialista tinha quatro objetivos: o primeiro era de tomar posse das matérias-primas desses países, o segundo era a destruição dos métodos tradicionais de produção, o terceiro era a transformação da economia natural³ em economia de mercado, o quarto a separação da indústria do comércio e da agricultura (HUNT, p. 343, 2005).

Segundo Lênin (1991), é necessário destacar quatro aspectos principais dos monopólios, ou manifestações essenciais do capitalismo monopolista. Em primeiro lugar, o monopólio nasceu da concentração da produção, tendo ela atingido um elevado nível de desenvolvimento.

Em segundo lugar, os monopólios conseguiram o controle das principais fontes de matérias-primas sobretudo na indústria fundamental. O monopólio das principais fontes de matérias-primas elevou muito o poder do grande capital e aumentou a contradição entre a indústria cartelizada e a indústria não cartelizada.

Em terceiro lugar, os monopólios desenvolveram-se através dos bancos, detinham o monopólio do capital financeiro. Em geral, nos países capitalistas mais evoluídos, três a cinco bancos alcançaram a união pessoal do capital industrial e do capital bancário, eles detinham bilhões que representam a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país.

Em quarto lugar, os monopólios resultaram da política colonial. O capital financeiro acrescentou aos numerosos velhos motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas zonas de influência.

³Economia de subsistência, ou seja, voltada para a produção de valores de uso.

Assim, segundo Mariutti (2013), durante o período da guerra fria, o termo “Imperialismo” era usado pelos dois blocos para denunciar o expansionismo do oponente. Ao passar o tempo. Este termo passou a ser empregado em diversas formas e sentidos. Em respeito aos EUA, é difícil distinguir com clareza o imperialismo do militarismo.

Na mesma perspectiva que Hobsbawm (1988) aponta a procura de mercados como motivo mais convincente para a expansão colonial. Era disseminada a teoria de que a superprodução da Grande Depressão poderia ser resolvida por meio de um vasto esforço de exportação.

Na esfera econômica marxista, Milani (2011) define o imperialismo como o período em que o capital excedente acumulado pela concentração da produção. Por consequências, as nações associadas ao capital financeiro se veem premidas a expandirem os mercados para terras distantes, especificamente para os continentes africano e asiático.

Assim, ao contrário dos outros autores citados, Said (2005) vai além das esferas econômica e política, ele considera também a esfera cultural no conceito de imperialismo. Ele considera o imperialismo simplesmente o processo ou a política de estabelecer um império, em outras palavras, a implantação de colônias em territórios distantes. Desse modo, ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural.

O imperialismo não é um simples fato de acumulação e aquisição. Ele é sustentado por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certas regiões ou populações precisam ser dominadas. Assim, o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica sustenta os conceitos como "raças inferiores", "populações subordinadas", "dependência", "expansão" e "autoridade" (SAID, 2005, p. 40).

1.2 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Para Luxemburg (1985), o motivo propulsor do capitalista é a apropriação de mais valia. Em outras palavras, a apropriação de mais-valia na progressão mais rápida possível. Por este motivo, a realização da mais valia é questão vital da acumulação do capital.

No mesmo contexto, para Milani (2011) deixar as regiões não industrializadas longe da lógica capitalista era simplesmente excluir do consumo de excedentes do mercado europeu as sociedades não capitalistas. Em outras palavras, o imperialismo era a forma encontrada pelos capitalistas pra se livrar dos excedentes da produção capitalista.

De acordo com Luxemburg (1985), a meta final e propulsora do produtor capitalista é a mais-valia. As mercadorias produzidas devem repor todos os gastos, e, render um valor adicional que não corresponde a quaisquer dos gastos. O capital investido no processo pelo capitalista é composto em duas partes: a primeira parte são os gastos com os meios de produção (matérias primas, instrumentos), a segunda parte são os salários.

Do ponto de vista de Marx, o capital decompõe-se em capital fixo e capital circulante. O primeiro é o capital que representa os gastos com os meios de produção, o outro é que leva à produção de mais-valia (LUXEMBURG, p. 11, 1985).

Baseado em Hunt (2005), têm-se dois setores no modelo de Marx numa economia onde há capitalistas e trabalhadores: o setor I dos meios de produção e o setor II dos bens do consumo. Neste modelo, o crescimento econômico equilibrado não seria possível, ou seja, seria impossível a demanda por setor II crescer tão depressa quanto a capacidade de produção desses bens. Com isso a conquista dos novos mercados não capitalistas era importante para vender os excedentes de mercadorias.

Na mesma ideia, Mariutti (2013) mostra que o descompasso entre o investimento capitalista excessivo e o baixo poder aquisitivo das classes assalariadas, reduzia as taxas de lucros na economia nacional. Esta redução das taxas de lucros, tornava o investimento para o exterior muito mais atraente, pelo fato de ter os rendimentos mais elevados.

Segundo Schumpeter (1961), tornou-se agressiva a exportação de capital por causa da redução das taxas de juros provocada pela competição entre os capitalistas. Desse modo, a saída é procurar os lugares onde a taxa de juros é mais elevada. Os capitalistas estão dispostos a exportar seu capital, seja na forma de empréstimos ou na forma de maquinarias.

O autor afirma que os grandes bancos exerceram um papel importante na saída desses investimentos no estrangeiro. Mesmo sem cartel de capitais, eles chegaram à posição idêntica dos magnatas dos cartéis na indústria. É importante considerar dois fatores. Primeiramente,

em toda parte, com a exceção da Inglaterra, havia uma aliança entre a alta finança e os magnatas dos cartéis, chegando até ao ponto da identidade pessoal.

Em segundo lugar, havia coincidência dos interesses dos grandes bancos com o de seus depositantes. Porém, em proporção muito menor do que a coincidência dos interesses dos líderes de cartéis com os das firmas que pertencem aos mesmos cartéis.

Assim para Luxemburgo:

Todas as camadas e sociedades não capitalistas têm de se tornar consumidores de mercadorias do capital e têm de vender-lhe seus produtos. Parece que é ao menos esse o marco inicial da paz e da igualdade, da reciprocidade de interesses da concorrência pacífica e das influências civilizadoras. Se o capital, pela força, pode roubar dos grupos sociais seus meios de produção e forçar os trabalhadores a se tornarem objeto de exploração capitalista, não pode, porém pela força, transformá-los em consumidores de suas mercadorias, nem pode força-los a realizar sua mais-valia (LUXEMBURGO, 1985, p. 265) .

Desse modo, a mesma autora afirma que o imperialismo adotou comportamento mais agressivo em relação às regiões não capitalistas. Quanto mais violento se tornava, mais rápido ele destrói a base das economias não capitalistas para a acumulação do capital. Assim, a violência, a fraude, a repressão e o saque eram sem disfarces.

1.3 PARTILHA DO MUNDO ENTRE AS POTÊNCIAS CAPITALISTAS

Segundo Esteves (2002), a necessidade imperiosa do progresso de acumulação do capital dos europeus foi o motivo da ocupação do continente africano. Dessa forma as potências mundiais, lideradas por Inglaterra e a França, invadiram e dividiram o continente em algumas dezenas de colônias. Os invasores ignoraram os princípios de direito à cidadania e à liberdade das populações locais.

De acordo com o mesmo, a partir da segunda metade do século XIX os capitalistas europeus pressionaram os seus governos a abrir o caminho até o continente pela força das armas. Somando a vontade de garantir fontes de matérias primas baratas para as suas empresas, os exploradores tinham interesses de ter mercado para onde pudessem exportar as suas mercadorias. Ou seja, com o fim do processo de escravidão na América, era imperioso

para as potências europeias conseguir outras fontes de exploração de riquezas, assim a África era o continente da vez.

Segundo Novais (2005), as colônias eram consideradas uma fonte essencial para o desenvolvimento econômico das grandes potências. Dessa forma, elas devem ser à metrópole um maior mercado para seus produtos e fornecer-lhe uma maior quantidade dos produtos que necessita para sua industrialização. As grandes potências tinham como meta enquadrar a expansão colonizadora nos trilhos da política mercantilista.

Em outras palavras, Said (2005) argumenta que os territórios coloniais eram vistos como campos de possibilidades. Os filhos mais novos sem saída eram enviados para as colônias, as pessoas pobres mais velhas iam para lá tentar fazer fortuna, jovens empreendedores iam nas colônias para diversão e coleta dos objetos exóticos.

Assim, segundo Lênin (1991) a obra de Hobson sobre o imperialismo delimita o período entre 1884 e 1900 como o de uma intensa expansão dos principais países europeus. Baseado em seus cálculos, durante esse período a Inglaterra adquiriu um território de 3,7 milhões de milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes, a França, 3,6 milhões de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes, a Bélgica, 900 000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes, Portugal, 800 000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes.

Tabela 1: Áreas Coloniais entre 1884 A 1900

DOMÍNIO COLONIAL	ÁREAS (milhas quadradas)	POPULAÇÃO (milhões)
Inglaterra	3,7 milhões	57
França	3,6 milhões	14,7
Bélgica	900 mil	30
Portugal	800 mil	9
Totais	9 milhões	110,7

Fonte: Elaboração própria baseada em Lênin

Portanto, para o autor é muito grande a desigualdade da expansão colonial. Ele cita o caso da França cuja superfície e população não se diferem muito com a Alemanha e o Japão somados, porém adquiriu quase três vezes mais colônias de que os outros dois juntos. Desse modo, é importante destacar que as condições estritamente econômicas não são as únicas que

influenciam o aumento das possessões coloniais, as condições geográficas e geopolíticas tem que ser consideradas nesse processo.

Em outras palavras, para Hobsbawm (1988), esta divisão do mundo entre uma minoria de Estados foi simplesmente uma repartição do planeta em avançados e atrasados. No período entre 1876 e 1915, quase um quarto da superfície da terra foi dividido entre meia dúzia de países.

Dessa forma, Menezes (*apud* ESTEVES 2002), caracteriza esse período de grandes disputas entre os países colonizadores em relação à divisão do mundo e a consolidação da hegemonia da exploração colonial pela Inglaterra. Para sustentar as suas bases de produção capitalista, a Grã-Bretanha deu início à era do imperialismo.

1.4 A PARTILHA E A COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

De acordo com Milani (2011), a África é considerada o ‘berço’ do homem moderno, já que há 200 mil anos surgiu no continente o *homo sapiens*. Dali, ele migrou pelos continentes, domesticou plantas e animais. A partir disto, nasceram culturas, civilizações distintas e estados. Infelizmente os africanos são hoje menosprezados como sua cultura e desrespeitados como identidade. O continente africano ainda é visto como um não-lugar. Mesmo com uma superfície de mais de 30 milhões de km² de área, a África é tratada sem as devidas considerações às suas complexas particularidades regionais.

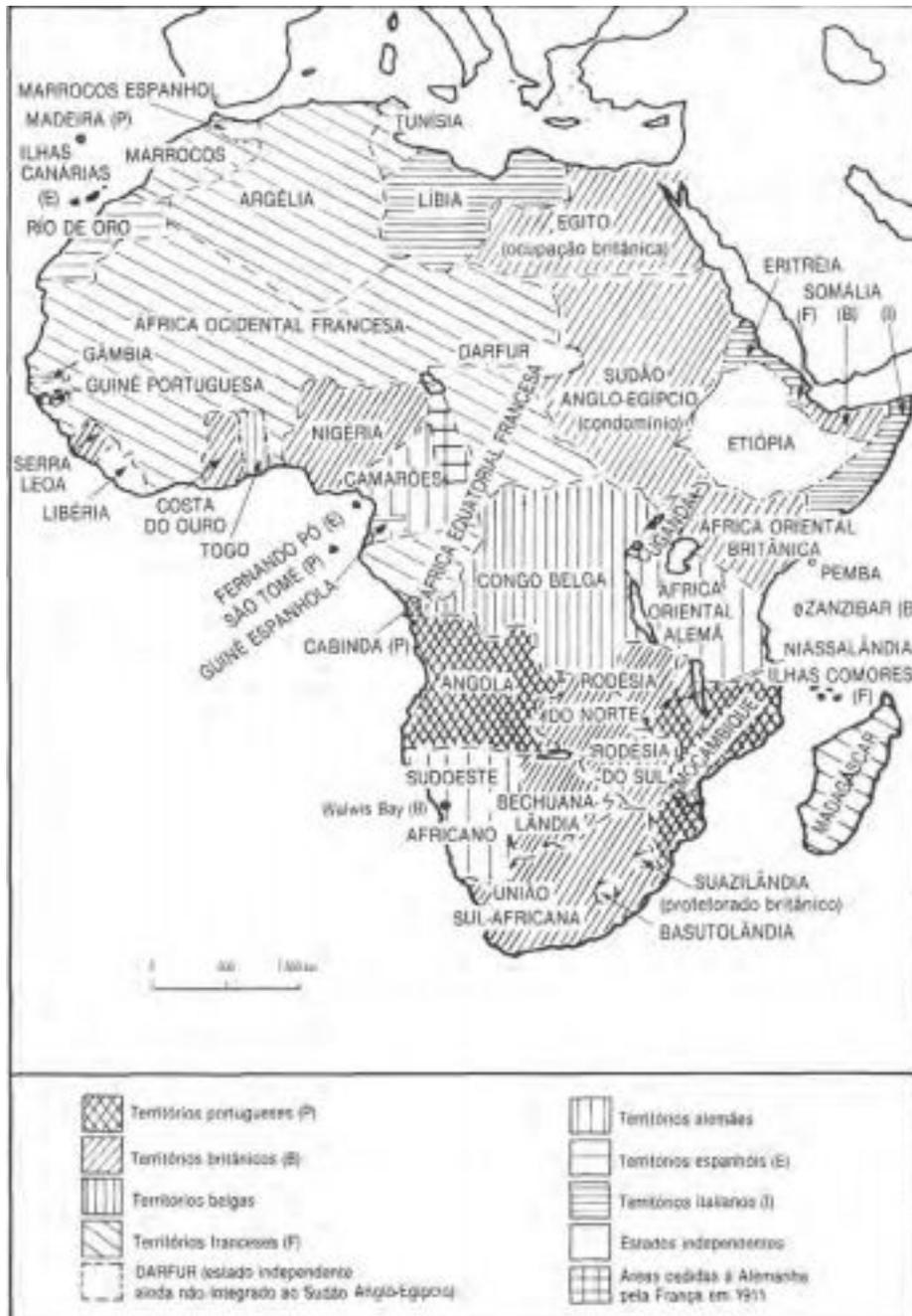
Segundo o mesmo, quando se trata da África, é sempre relacionada aos brancos africanos ou aos brancos estrangeiros. Ou simplesmente, é um continente de povos atrasados, sem economias diversificadas, com sociedades tribais, adeptos de religiões anímicas. Em outros termos, é uma terra de negros que ainda vivem na infância da humanidade.

Para ele, esta construção ideológica é fácil para um europeu branco incapaz de olhar para o outro em sua diversidade, riqueza e culturas distintas. Há sim a existência dos vícios racistas na trajetória de mais de cinco séculos de exploração do continente africano.

Dessa forma, Milani (2011) lamenta as diversas teorias que existem sobre a partilha do continente africano. Alguns cientistas consideram esta partilha como fruto de um atavismo violento da personalidade humana, para outros saem do mundo subjetivo do indivíduo para o

caráter 'egoísta' das nações. Ainda há aqueles que argumentam a conquista da África como uma necessidade de civilizar os povos infieis ou inferiores, seja pelas questões religiosas ou humanitárias.

Figura 01 – Partilha da África



Fonte: UNESCO (2010, p.50)

Porém, essas interpretações desconsideram o fator econômico, que pode ser considerado o fator principal da conquista colonial. As necessidades expansionistas do capitalismo monopolista e financeiro. Para as grandes potências da época, a colonização foi uma oportunidade de longa duração de obter lucros.

De acordo com Mackenzie (1994), nota-se surpreendentemente a incursão tardia dos europeus na África, já que só no fim do século XIX, eles conseguiram penetrar no continente africano. Apesar de a África ser o vizinho mais próximo da Europa e de ser o primeiro continente com que os europeus estabeleceram contato. Por vezes ele era considerado simplesmente como uma barreira gigantesca que dificultava a chegada dos europeus à Ásia.

Para Esteves (2002), a necessidade imperiosa do progresso de acumulação do capital dos europeus foi o motivo da ocupação do continente africano. Dessa forma as potências mundiais, lideradas por Inglaterra e a França, invadiram e dividiram o continente em algumas dezenas de colônias. Os invasores ignoraram os princípios de direito à cidadania e à liberdade do povo africano.

De acordo com o mesmo autor, a partir da segunda metade do século XIX que os capitalistas europeus pressionaram os seus governos a abrir o caminho até o continente pela força das armas. Somando a vontade de garantir fontes de matérias primas baratas para as suas empresas, os exploradores tinham interesses de ter mercado para onde pudessem exportar as suas mercadorias. Ou seja, com o fim do processo de escravidão na América, era imperioso para as potências europeias conseguir outras fontes de exploração de riquezas, assim as atenções se voltam ao continente africano em fins do século XIX.

De acordo com Boahen (2010), cerca de 80% do continente africano era governado por seus próprios chefes⁴ até 1880. Porém, essa situação vai mudar completamente nos trinta anos seguintes. Em 1914, quase a África inteira é dominada por potências europeias e é dividida em diversas colônias, com a exceção de apenas dois países⁵.

Dessa forma, o autor qualifica a colonização de assalto da soberania, da independência e dos valores culturais deste continente. Isto se explica porque os europeus dividiram a África em colônias de modo geral sem considerar as formações políticas preexistentes, muitas vezes,

⁴Dirigidos por reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos e comunidades.

⁵Dois países africanos que não eram dominados por europeus até 1914: Etiópia e Libéria

com pouca ou nenhuma relação entre elas (BOAHEN, 2010). Na mesma linha de raciocínio, Milani (2011) argumenta que:

Para tal tarefa seria necessário um grande contingente de pessoas interessadas não mais em construir uma Nova Inglaterra ou Nova Caledônia, mas sedentas de lucros e sem os freios morais do homem Moderno. Tal formação foi possível com as expedições à África, à Austrália e à Ásia na primeira metade do Século XIX. Expedições de missionários cristãos e jesuítas que apesar do irritante proselitismo religioso e mercantil, aproximaram o europeu da cultura e dos povos, africanos e asiáticos (MILANI, 2011, P. 35).

Apesar da existência de estruturas políticas e econômicas na África antes do século XIX, mas Silvério (2013) afirma que até no início do século XIX estas estruturas eram instáveis. Havia alguns estados emergentes⁶, mas a maioria eram frágeis e mal governados.

Por consequência, os africanos tinham recursos limitados para resistir face aos europeus. Alguns que tentavam resistir, quase sempre eram derrotados devido à supremacia bélica dos europeus com muitas atrocidades e violências (MILLANI, 2011).

Neste capítulo, abordou-se a partilha da África⁷ em geral. Portanto, esta pesquisa trata especificamente o caso do imperialismo na República Democrática do Congo. Para isso, a seguir aborda-se o seu processo de colonização até sua independência.

⁶O Magrebe e o Egito eram as regiões estáveis devido à aplicação da lei islâmica.

⁷A África é o continente que tem mais países do mundo (mais de cinquenta países).

2. PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A seguir, é apresentado o processo do imperialismo na República Democrática do Congo. Dessa forma, a estrutura desse capítulo é dividida em duas seções seguintes. A primeira debate a conferência de Berlim, que tratou oficialmente da divisão do continente africano entre as grandes potências do sistema capitalista. A segunda aborda o início e o fim da colonização da República Democrática do Congo, caracterizando a colonização belga e a luta pela independência.

2.1 CONFERÊNCIA DE BERLIM

Conforme Esteves (2002), o chanceler Bismarck organizou uma conferência entre 1884 e 1885 com objetivo de resolver os conflitos coloniais, por exemplo, a Grã Bretanha e Portugal reclamavam contra a extensão das pretensões francesas. Por isso a conferência de Berlim teve a missão de formular as regras do jogo que determinassem os limites de território entre os países colonizadores.

De acordo com o autor, antes da conferência de Berlim, cada potência europeia se precipitava para implantar a sua bandeira no maior número de espaços possíveis para garantir sua posse. Entretanto, as potências aceitaram os resultados das invasões já existentes e traçaram linhas das novas invasões que seguiriam.

Serrano e Waldman (2007) alegam que no final da conferência a Grã Bretanha e a França foram as potências com maior presença na África, seguidas de Portugal e da Bélgica. Países como Alemanha, Itália e Espanha ocuparam os territórios mais reduzidos. O ingresso recente da Alemanha e da Itália na corrida colonial foi a consequência de seus tardios processos de unificação nacional. Sendo o primeiro país europeu a explorar o continente africano, Portugal foi granjeado com enormes e ricos territórios.

Apesar da Bélgica não ser uma potência imperial, Milani (2011) afirma que ela teve um papel importante na divisão do continente africano. Foi sem grandes dificuldades para a Bélgica requisitar sua colônia.

Para muitos, a sua aceitação no clube dos países imperialistas era pelo fato de ter um papel irrelevante no comércio internacional. As grandes potências entregaram o Congo para o rei Leopoldo II, um país considerado o coração da África por suas riquezas, de forma a integrar a região à economia-mundo do século XIX, com sua economia subordinada às áreas centrais.

2.2 COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

De acordo com Milani (2011), há dois períodos na História da escravização na África, primeiro por árabes e depois por europeus, quando o tráfico atingiu proporções catastróficas. Ele desarticulou economias locais, deixando cicatrizes profundas sobre homens, culturas e sociedades.

Foi a partir do século XIX que se iniciou a fase da exploração pré-imperialista do Congo com a chegada dos missionários, exploradores, burocratas de estado, empresários e futuros geógrafos. Foi construído um manancial de dados e um mapeamento dos recursos naturais que seriam essenciais na época imperialista de fins do século XIX.

A colonização na República Democrática do Congo e a sua existência como departamento colonial de um país colonizador, durou quase quatrocentos anos. Ou seja, analisado rigorosamente, conformam-se quase 400 anos, desde a descoberta da foz do Congo por Diogo Cão em 1482 até a sua independência em 1960.

Para entender o processo de colonização do Congo, seria importante distinguir três períodos principais. O primeiro período, da descoberta da foz do Rio Congo pelo navegador português Diogo Cão em 1482 até a conferência de Berlim em 1885; o segundo, do domínio do rei belga Leopoldo II, iniciado em 1885 e que se estendeu até 1908 onde o país era denominado de Estado Independente do Congo e finalmente, de 1908 até 1960 quando o país passa a ser chamado de Congo Belga.

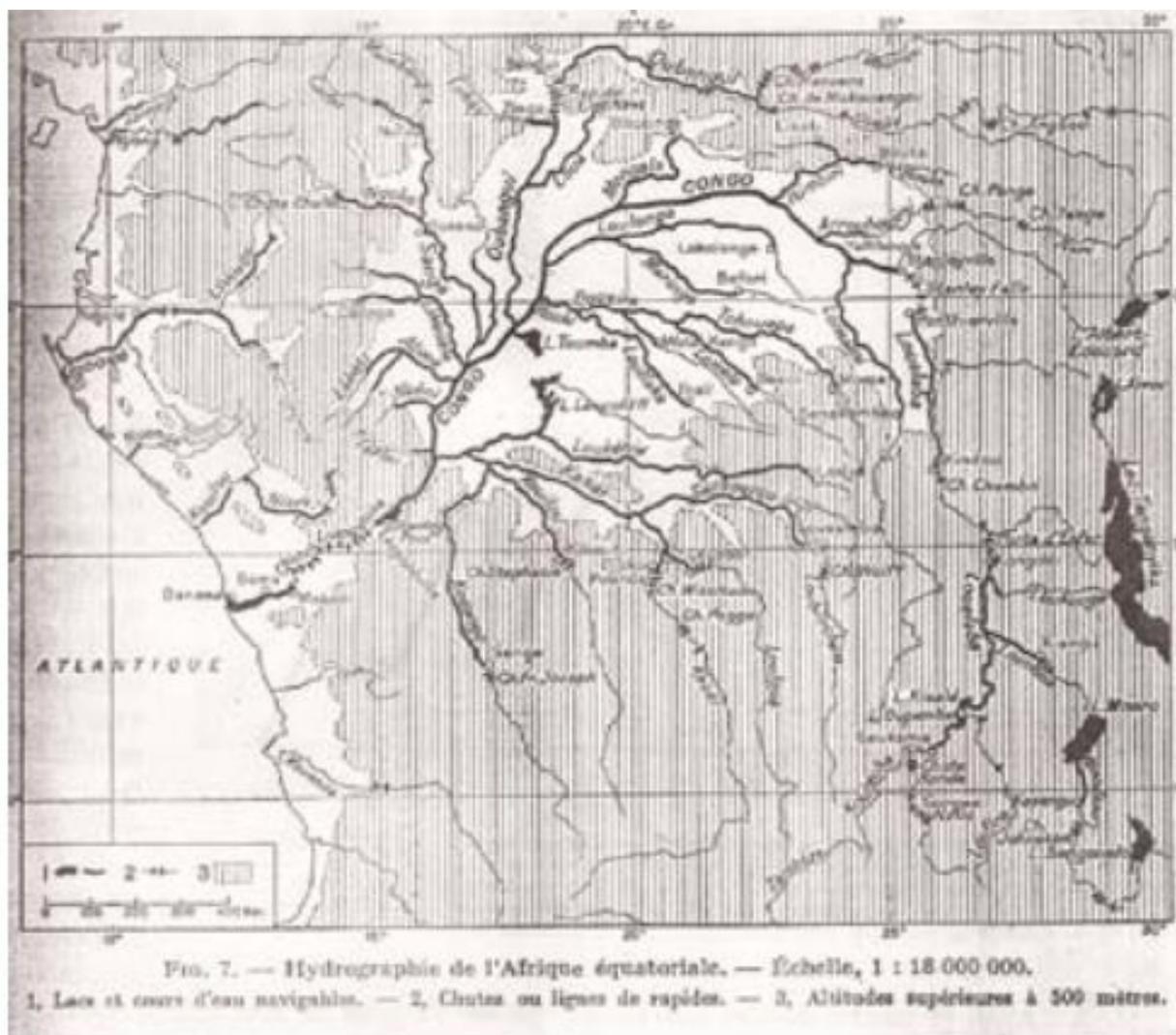
2.2.1 O Período entre 1482 e 1885

De acordo com Munanga (2007), os europeus chegaram pela primeira vez no atual República Democrática do Congo em 1482, na época dos chamados grandes descobrimentos.

Foi o navegador português Diego Cão que descobriu a bacia do rio "Nzadi", hoje chamado do rio Congo. Quando os portugueses chegaram, eles perguntaram para o povo local o nome do rio e foi-lhes respondido Nzadi em língua kikongo, mas eles entenderam erroneamente Zaire.

No entanto, Paquier e Tiedemann (2006) afirmam que foi apenas em 1485, que Diego Cão voltou e fez contato com o Reino do Kongo que se situava perto da foz do rio Congo. Porém, ele não achou muito interesse em ficar e foi rapidamente para o sul, pois o tráfico de escravos negros era legalizado e desenvolvido.

Figura 02 – Bacia do Congo



Fonte: MILANI, 2011. P.84

Para Iliffe (1999), o rei do Reino do Kongo já foi informado da invasão dos homens marinhos desconhecidos no estuário do Congo. Em seguida, os marinheiros portugueses

estabeleceram relações mutuamente vantajosas com os chefes imigrantes do reino, cuja autoridade precária se baseava, em parte, nos escravos concentrados à volta da capital. Uma prova da cooperação entre o rei e os invasores foi o baptismo do rei do Kongo, seu filho Afonso Mbemba Nzinga que se converteu ao cristianismo em 1506.

No entanto, Munanga (2007) afirma que a exploração mais sistemática da região descoberta pelos portugueses começou apenas entre 1874 e 1878, pelo aventureiro e jornalista inglês Henry Morton Stanley. Enquanto isso, o rei belga Leopoldo I criou em Bruxelas a Associação Internacional Africana (AIA), com o objetivo de abrir a bacia do Congo à civilização europeia para facilitar a dominação ocidental.

Porém, foi em 1878 que, seu sucessor, o rei Leopoldo II convida o inglês e confia-lhe a responsabilidade de negociar a submissão dos chefes locais através de tratados de comércio, amizade e protetorado. Os chefes locais aceitaram as negociações de tratados, sem perceberem que se tratava, na realidade, da implantação de estruturas de dominação estrangeira em sua terra e não de amizade e protetorado. Em 1883, o rei Leopoldo II, dispondo dos serviços de H.M. Stanley, iniciou os preparativos para implementar progressivamente o sistema de exploração na região.

2.2.2 O Estado Independente do Congo (1885-1908)

Mesmo antes de se tornar rei, Milani (2011) afirma que Leopoldo II já pretendia fazer da Bélgica um grande império. Assim que ele ascendeu ao trono em 1865, ele começou sua investida por uma região colonial que realizasse seu desejo. Dessa forma, ele encontrou sua profecia de colonizar o Congo graças ao explorador-jornalista galês Henry Morton Stanley, que consegue delimitar todo o curso da bacia do rio Congo após muito tempo de exploração

Roux *et al.* (2006) afirmam que Leopoldo II tinha a ideia de enriquecer seu país, por isso ele acreditou na colonização como único ferramenta para satisfazer o seus anseios. Ele começou a sonhar na exploração de riquezas naturais do continente africano, no caso específico da borracha e de marfim da África Central. Portanto, no dia 23 de Fevereiro de 1885, após a Conferência de Berlim, os Estados participantes, incluindo a França, o Reino Unido, Portugal, Alemanha e os Estados Unidos, reconhecem o Estado Independente do Congo (EIC) como propriedade privada do Leopoldo II.

Figura 03 : Estado Independente do Congo



Fonte: MILANI, 2011, p.184

Apesar da Bélgica ser um pequeno Estado da Europa ocidental, Serrano & Waldman (2007) afirmam que ela conseguiu fazer valer os seus direitos sobre a bacia do Rio Congo, em grande parte pelos corajosos esforços do seu rei Leopoldo II, sendo auxiliado pelas expedições de Stanley.

De acordo com Munanga (2007) e Hobsbawn (1988), na conclusão da conferência de Berlim as potências presentes concederam a AIC o estatuto e o nome de Estado Independente do Congo (EIC). Em seguida, elas reconheceram oficialmente o rei Leopoldo II como o único proprietário, mas, ele foi obrigado a deixar a bacia do Congo livremente aberta ao comércio internacional. Portanto, o parlamento belga ratificou oficialmente o reconhecimento do EIC

como propriedade pessoal do soberano e não como uma colônia da Bélgica em 1º de julho de 1885.

Conforme Serrano e Waldman (2007), o Congo constituía um vasto domínio equatorial que se comunicava com o exterior através um único e estreito corredor seguindo o curso inferior do Rio Congo. Dessa forma, o rei Leopoldo II viu-se diante de um território mais vasto do que a capacidade da Bélgica, um território com uma superfície oitenta vezes maior que o território belga e quatro vezes o território da França.

A base da exploração da colônia era sustentada a partir da questão fundiária. Em seguida, que foram praticadas outras atividades econômicas⁸. A administração leopoldiana repartiu as terras em três categorias: as terras indígenas, as terras vacantes e as terras concedidas a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas (MUNANGA, 2007, p.5).

Para Milani (2011), as propriedades que pertenciam aos negros foram quase todas eliminadas. As suas terras foram tomadas e passaram a ser consideradas vacantes. Assim, o regime colonial estabeleceu três tipos de propriedades:

- O domínio privado, terras exclusivas do soberano. Compostas de mais da metade do país, todo o Alto Congo, a região do Pool e a maioria das áreas de produção de borracha e marfim.
- Terras consideradas domínios da coroa, ou seja, pertencentes à Bélgica. Leopoldo II propositalmente confundia estas com seu domínio privado e a Bélgica por sua vez pouco se preocupava, pois os lucros cresciam exponencialmente.
- As terras que sobraram eram entregues a sete empresas: ABIR (Indian Rubber Anglo-Belgium Cia) na região de Lopori e Maringa, a Comptoir Commerce Congo (CCC) em Wamba, a Société Anversoise na região de Mongalla, a Compagnie du Kasai (no Kasai), o Comité Spécial Du Katanga (Katanga), a Thys (região dos Lagos) e a Compagnie des Grands Lacs em Aruwimi.

⁸A colheita, as prospecções dos minérios e a produção agrícola que foram apenas as consequências da questão fundiária.

- Em outras palavras, segundo o autor, o rei Leopoldo II explorava o Congo como um empresário privado, no entanto a Bélgica financiava suas aventuras. Muitas empresas comerciais foram criadas e o rei era o principal sócio dessas empresas, obtendo recursos ou através de papéis do tesouro belga, ou de dividendos em lucros futuros .

Apesar da existência de outras companhias privadas (a maioria belgas) no empreendimento, muitas delas contavam com um sócio oculto, o rei Leopoldo II, modelo esse que foi exportado para outras regiões.

Segundo Munanga (2007), o rei decretou as terras vacantes como propriedade do Estado, ele obrigava os colonos que se instalavam nessas terras a pagar tributos para sua administração. Assim, ele permitiu a exploração de uma parte das terras vacantes para permitir ao Estado financiar as despesas das primeiras instalações. Além disso, os autóctones eram obrigados a fornecer certas quantias dos produtos da colheita, como a borracha e o marfim. Essa trágica situação foi considerada uma catástrofe social para a população local, os verdadeiros proprietários das terras. Mas tarde, o rei foi denunciado até por seus compatriotas belgas. Os seus fundamentos se baseiam na concepção possessiva que todas as terras ditas vacantes lhe pertenciam por direito e todas as populações encontradas naquele território, constituíam elas também uma mão de obra vacante e disponível.

No entanto, a população local vivia da economia de subsistência e obedecia às exigências da natureza, especificamente climáticas, para exercer suas atividades de plantação das roças, colheitas, caça, pesca e assim por diante. Porém, a administração do rei transformou esse ritmo de trabalho para cumprir as obrigações de um colonizador, iniciando-se com o *portage*, seguida pelas corveias para produzir comida e finalmente as colheitas de borracha e de marfim.

2.2.2.1 O *Portage*

Considerado como a primeira atividade rentável para o rei, o *portage* era entendido como o transportador de carga. Durante esse período, as populações eram submetidas ao trabalho forçado. Apesar de inexistência de intenção desses indivíduos em transportar caixas de um ponto a outro do país, as pessoas eram vistas como indolentes e preguiçosas pelos

colonizadores, além de pouco dispostos ao executar as tarefas⁹. Por isso, o recurso à violência era frequente, pois, para Leopoldo II, o trabalho devia absolutamente ser executado para recuperar o tempo perdido e os investimentos durante a primeira década da experiência colonial.

Neste contexto, o trabalho forçado é uma característica da acumulação primitiva de capital na produção capitalista. Para Marx (2005), o operário sai do processo capitalista tal qual entrou, como simples força de trabalho e terá que percorrer renovadamente o mesmo processo para sua sobrevivência. Ele se encontra diante de uma situação onde não tem outra saída e as condições alteradas no final do processo.

Desse modo, os congolesees eram obrigados a pagar o imposto, pois o rei precisava obter recursos no curto prazo. Como havia pouca circulação de moeda, o imposto devia ser pago em natureza ou em trabalho. Dessa forma, o *portage* foi a forma mais utilizada pela população local para pagar as suas dívidas para a autoridade colonial (MUNANGA, 2007, p.6).

É importante lembrar que o *portage* já existia na região bem antes da chegada dos invasores, mas a inovação com a ocupação da administração do rei Leopoldo II foi o *portage* para longas distâncias e a imposição de pesos superiores à norma tradicional. As pessoas tinham que transportar os pacotes com pesos que ultrapassavam muitas vezes 40 Kg.

Diante das insuportáveis e das exigências acachapantes sobre a população, iniciam-se uma série de fugas que obrigaram a realeza a tornar o *portage* uma obrigação cuja evasão traria a ameaça com o fuzil, a prisão e o pagamento de multas.

Baseado em Milani (2011), o processo de exploração imperialista do Congo pode ser resumido em três fases principais:

- A primeira delas foi a construção de uma ferrovia para ligar o estuário calmo da região de Boma com a imensa planície lacustre do Pool. Desta forma, o trem subiria pelas encostas das 32 cachoeiras, ligando as duas áreas navegáveis do rio Congo. A Bélgica financiou a obra com uma dotação de 25 milhões de francos à vista e mais 2 milhões

⁹As tarefas forçadas que os europeus demandavam para a população local.

ao ano. Seu término ocorreria 11 anos depois, transformando o espaço comercial do Congo ao interligar o Baixo e Alto Congo, as imensas bacias lacustres e a foz do rio. Assim, a colônia ganhou milhares de quilômetros de vias em que passariam as mercadorias.

- A segunda fase foi combater os árabes e a persistência do escravidão como era previsto na ata da conferência do Berlim (1885), o fim do tráfico não aconteceu sem guerras e batalhas cruentas.
- A última fase tratava de comércio de bebidas alcoólicas. A Bélgica conseguiu realmente erradicar o tráfico de bebidas da região, importante fonte de renda que gerava moeda na troca entre árabes e chefes africanos. O rei Leopoldo II eliminou a bebida do Alto Congo para concentrar seus negócios, monopolizando o mercado legal de álcool. Porém, no Baixo Congo, a escravidão e o tráfico de bebidas permaneceu intacto.

2.2.2.2 As Corveias para Comida

Munanga (2007) mostra que além de *portage*, os habitantes locais foram também submetidos a outra atividade obrigatória. Deveriam, fornecer comida a todos os europeus que ocupavam os rios com seus soldados, transportadores e outros auxiliares condicionantes a levar uma vida ambulante. As corveias para comida fizeram com que os autóctones mudassem seu ritmo de produção de alimentos, já que até então era apenas para o consumo local.

As mudanças exigidas para as populações eram tão brutais que elas não conseguiam se acostumar. De vez em quando, em função da ausência de provisões, elas compravam os alimentos a serem oferecidos para os colonizadores em outros lugares por medo das represálias.

2.2.2.3 A Colheita da Borracha

A colheita da borracha é considerada a atividade econômica mais triste e sangrenta da história do Estado Independente do Congo. O Estado havia declarado as terras vacantes como

sua propriedade, nessas terras se encontravam os produtos mais lucrativos para a exploração: o marfim e principalmente a borracha.

A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoces e justificados (HOBSBAWN, 1988, p.96).

Assim, entre 1891 e 1892 o Estado começou a colher sua borracha usando a mão de obra autóctone como uma forma de pagar o imposto pelo trabalho. Os agentes da administração de Leopoldo II tinham essa responsabilidade de controlar os trabalhos de colheita. Para que atingissem esse objetivo, eles eram avaliados, promovidos e até remunerados em função de sua capacidade de fazer produzir a borracha. Dessa forma, a possibilidade de fazer fortuna era ofertada não apenas ao Estado, mas também aos indivíduos a serviço do rei (MUNANGA, 2007, p.7).

Na verdade, a metade da borracha colhida pelos trabalhadores era destinada ao pagamento do imposto e a outra metade lhes pertenciam, mas lhes era comprada a um preço insignificante. Por esse motivo, em geral os trabalhadores preferiam sua liberdade a esse baixo salário que não lhes permitia uma vida decente em sua aldeia, do que as severas sanções oriundas do não cumprimento das obrigações de pagamento do imposto em trabalho.

Para conseguir as prestações desejadas, os agentes da administração do rei usavam de todas as formas de constrangimento e repressão. Eles mandavam os soldados usarem o chicote ou tomar como reféns os familiares dos fugitivos, ou ainda organizar expedições punitivas. Várias formas de atrocidades foram observadas por diversas testemunhas desde 1895: fuzilamentos, enforcamentos, mutilações de membros, entre outros métodos brutais de repressão.

2.2.3 O Congo Belga

Para Fieldhouse (1973), depois de muitas atrocidades que marcaram o Estado Independente do Congo, apenas no final de 1908, o Estado Independente do Congo se torna formalmente a colônia da Bélgica. O Parlamento belga criou a "Constituição Colonial". Dessa

forma, o Congo passa a ser totalmente controlado por Bruxelas, e, é nomeado um governador geral que exerce um poder autocrático na colônia.

Após as denúncias de trabalho escravo, assassinatos em massa e outras atrocidades no Congo, realizadas pelas indignadas campanhas mundiais (em especial da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França e suas comissões parlamentares de inquérito), em curso desde o início do século XX contra o processo violento de pilhagem africana conduzida por Leopold II, este foi obrigado a se desfazer de seu quintal. Vendeu seu Estado Livre do Congo, propriedade particular do Rei dos Belgas e soberano do Congo, para a Bélgica (MILANI, 2011, p. 147).

Assim, iniciava-se uma nova fase de colonização. Baseado em Munanga (2007), o estatuto político e o nome de Estado Independente do Congo mudaram para Congo Belga. O Estado Independente do Congo era uma colônia cuja metrópole era um indivíduo e não uma nação. Porém, apesar de ter sido submetido a dois estatutos jurídicos diferentes, de 1885 a 1908 (Estado Independente do Congo) e de 1908 a 1960 (Congo Belga), a realidade vivida nessas duas etapas (80 anos) era a mesma, um estado de colonização caracterizado pela instalação de um novo sistema de organização e gestão do espaço pelos invasores.

De acordo com Paquier e Tiedemann (2006), a economia do Congo belga era baseada na exploração da borracha, marfim e posteriormente, na mineração. Assim, foi fundada uma empresa de exploração na região do Katanga para efetuar a exploração do solo e subsolo e, em seguida, foram descobertas outras minas, por exemplo, as minas de cobre. Dessa forma, o Estado mudou a sua visão principal sobre a exploração econômica no Congo, a administração colonial priorizou a exploração de minérios, que era mais rentável. Para isso, duas empresas são criadas: a Companhia Florestal de mineração do Congo para explorar diamantes e a União de Mineração de Haut-Katanga (UMHK) para explorar as minas de cobre.

2.2.4 Caracterização da Colonização Belga

Serrano e Waldman (2007) caracterizam o domínio belga como um dos mais incisivos e duros frente a outros colonizadores. Na realidade, um país como a Bélgica, cuja estrutura capitalista era débil em comparação com países como a França e a Inglaterra, recorria a uma

brutalidade maior no trato das populações dominadas. Isso porque a Bélgica era destituída da capacidade de implantar sistemas dotados com maior composição orgânica de capital, tinha que praticar todas as formas de coerção, inclusive as que se aproximavam da escravidão, para competir com o mínimo de eficiência diante dos países capitalistas mais desenvolvidos.

De acordo com Esteves (2002), a colonização não se limitou à pilhagem. Os europeus se consagraram também pelas tentativas de destruição das culturas tradicionais, interiorizando no colonizado o sentimento de sua inferioridade. Assim, o modelo cultural ocidental foi imposto, com o racismo, dando ao colonialismo característica de humilhação e atentado contra o ser. A discriminação racial era uma arma usada pela instituição colonial, ela determinava os comportamentos individuais e coletivos dos colonizados.

Para Munanga (2007), a colonização belga é considerada uma das mais cruéis e as mais brutais de todas na África negra. Mesmo a colonização anglo-saxônica, considerada como das mais ferozes, não foi tão discriminatória, nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga. Por exemplo, o ensino dispensado à população congoleza excluía a formação de elite. O ensino primário talvez fosse o mais extenso de toda a África e o ensino secundário era muito reduzido e orientado para o exercício de uma profissão. Não tinham as universidades na colônia, pois a administração colonial acreditava que construir universidades seria dar direitos políticos aos negros.

A ideia dos colonizadores era impedir a formação da consciência política de um povo cuja identidade humana foi negada, e isolar o Congo do resto do mundo, privando-o de todas as formas de contato externo.

2.2.5 A luta pela independência

A partir de 1950, Esteves (2002) afirma que surgiram grandes movimentos nacionalistas africanos, exercendo pressão para a liberação de África para criar modernos estados independentes. Porém, os países colonizadores tinham planos diferentes. A Inglaterra, por exemplo, planejava um processo de independência com a criação de estados sucessores. França e Portugal desejavam uma integração entre as colônias e as potências coloniais, e a Bélgica ignorava esse assunto.

Iliffe (1999) argumenta que não era rentável para os colonizadores resistirem ao nacionalismo. As potências coloniais tinham de contar com custos altos para reprimir o nacionalismo e de modernizar o colonialismo, devido ao aumento da população. Os seus interesses em manter o colonialismo tornaram-se duvidosos após a recuperação econômica da Europa no início da década de 1950. Por isso, os países colonizadores concluíram que era mais fácil deixar os problemas, crescentes, do continente africano para os próprios africanos. Dessa forma, até 1960 a maioria dos países africanos colonizados se tornaram independentes. Só os portugueses e os colonos da África do Sul, incluindo a Namíbia, optaram por manter o colonialismo, argumentando que o poder político era vital para sua sobrevivência.

Châtelet (*apud* ESTEVES 2002) argumenta que a luta armada tornou-se o elemento necessário do processo de desalienação, uma resposta ao sistema colonial de forma agressiva. A ideologia da libertação nacional prega o uso da violência, como a única arma capaz de resgatar a nação, antes que a nação seja Estado. Dessa forma, o povo é armado pela Nação-Estado, o heroísmo é o patriotismo, a morte seria prova suprema. Da guerrilha à guerra popular, as palavras de ordem se militarizaram, a violência é sacralizada. É importante também destacar a pressão do bloco socialista liderado pela União Soviética no processo de descolonização do continente. A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) teve um papel importante na formação de quadros dos movimentos de libertação da África.

Baseado em Munanga (2007), o processo da descolonização belga começou efetivamente a partir de 1955, com a visita a Leopoldville (atual Kinshasa) do rei da Bélgica, Balduino I. Os colonizados esperavam dessa visita real palavras e promessas que mostrassem preocupações do rei com a vida de seus administrados.

Esperavam uma melhoria de suas condições de vida, o desaparecimento da discriminação racial e uma mudança geral de sua condição de colonizados. Porém, em seu discurso, o rei limitou-se a apelar a uma união mais íntima e estreita entre a Bélgica e sua colônia e a invocar a mística comunidade de destino que ligava uma a outra.

Em 1º. de julho de 1956, foi publicado um manifesto de um grupo de intelectuais no periódico *Consciência Africana*, no qual expressava claramente sua recusa à dominação belga e a qualquer iniciativa que tendesse a incluir seu país no Estado belga unitário ou na Comunidade Belgo-Congolesa tal como foi preconizada pelo rei em seu discurso pronunciado

na sua primeira visita a Leopoldville. Esse grupo de "intelectuais" era composto de jovens professores primários, jornalistas e funcionários da administração colonial, que se manifestou contra qualquer reforma que fosse unilateralmente imposta, ou seja, sem consultar a opinião da população, foi pela primeira vez que um grupo ousou tornar nitidamente posição em favor de uma emancipação política completa (MUNANGA, 2007, p.11)

Segundo Munanga (2007):

Poucas semanas depois da publicação do manifesto, o Abako, uma associação cultural do grupo étnico baongo, fundada em 1950 com o objetivo de unificar, conservar, aperfeiçoar e difundir a língua quicongo na África central, transformou-se rapidamente em partido político de fato e publicou um contramanifesto no dia 23 de agosto de 1955, no qual exigia uma verdadeira politização do Congo Belga pela introdução de uma pluralidade de partidos políticos. Em outras palavras, o Abako rejeitou tanto a idéia da Comunidade Belgo-Congoleza contida no discurso do rei quanto o plano de trinta anos proposto pelo estudo de Van Bilsen (MUNANGA, 2007, p.11)

Por sua vez, o poder colonial belga organizou em 1957, pela primeira vez na história do Congo Belga, uma eleição popular. O governador-geral do Congo Belga e de Ruanda-Burundi foi autorizado por decreto governamental de 26 de março de 1957, a promover eleições municipais em alguns centros urbanos. Assim, as grandes cidades foram divididas em municipalidades, africanas e europeias. Cada municipalidade podia eleger seus conselheiros, deixando ao governador da província a prerrogativa de nomear o prefeito. No entanto, as eleições municipais foram mal vistas pelos congolezes. Em vez de acalmar as reivindicações populares, conseguiram aprofundá-las.

Para Munanga (2007), a partir de 1958, alguns acontecimentos contribuíram para a aceleração do processo da independência do antigo Congo Belga. A Bélgica organizou uma exposição mundial em Bruxelas, reunindo os representantes de várias etnias e grupos culturais que nunca haviam se encontrado em seu próprio território. Assim foram feitos os primeiros contatos diretos entre chefes de etnias, líderes políticos, sindicalistas e jovens professores primários de diferentes províncias e regiões. Os ativistas das cidades começaram a tomar conhecimento das preocupações dos habitantes do campo e estes sentiram o choque sensibilizante e conscientizador das ideias desenvolvidas pelos líderes das cidades. Em seguida, foi organizado em Acra, capital de Gana, o Congresso Pan-Africano.

Nesse congresso, o Congo foi representado pelos líderes do MNC (Movimento Nacional Congolês), que tinha como líder Patrice Emery Lumumba, que aí obteve um impressionante sucesso pessoal e foi eleito membro do secretariado permanente do congresso. Lumumba conquistou a estima e a simpatia dos outros grandes líderes africanos, como Nasser, Nkrumah e SekuTurê. Ele expressou no seu discurso o primeiro programa de ação contra o poder colonial: "Abaixo o imperialismo, abaixo o racismo, o tribalismo; viva a nação congoleza, viva a África independente". Lumumba foi recebido como herói nacional em Kinshasa e repetiu o discurso perante uma multidão de congolezes, reiterando dessa vez a reivindicação de independência imediata.

Em 4 de janeiro de 1959, os militantes da associação política Abako foram autorizados a reunir-se na propriedade de um belga. Depois o proprietário do local mudou de ideia no último minuto e pediu aos congolezes que procurassem outro lugar para realizar sua reunião. Sua atitude originou uma disputa que degenerou um conflito, na qual a intervenção da polícia matou 49 africanos e feriu 101. Como reação oficial aos incidentes, o rei Balduíno fez um discurso, alegando que os motivos da colonização belga na África foram abrir o Congo Belga à civilização europeia, mas, ele reconheceu que o desfecho da evolução congoleza devia ser a independência.

O ano 1959 foi marcado por manifestações que muitas vezes degeneravam em tumultos populares e combates de ruas de cidades mais importantes. Os conflitos explodiram entre membros de grupos étnicos diferentes ou irmãos, apoiados pelo próprio colonizador dentro da velha ideologia de "dividir para reinar". Dessa forma, as autoridades coloniais responsabilizavam e incriminavam Lumumba, alegando, que seus discursos fomentavam os tumultos e as brigas de rua, o que justificou sua detenção e encarceramento em 1º de novembro de 1959.

Finalmente, a Bélgica convocou todos os chefes políticos congolezes a uma mesa-redonda organizada em Bruxelas, de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960. Durante a conferência, a fração dos participantes belgas estava decidida a conceder a independência no curto prazo. Os congolezes foram logo obrigados a aceitar, encurralados pelas ameaças, a data da independência foi fixada em 30 de junho de 1960. Essa decisão brusca da Bélgica surpreendeu a opinião internacional porque aparentemente a sua dominação não sofria ameaça real em nenhuma região do Congo Belga, a oposição nacionalista congoleza era puramente

verbal. Nenhum movimento revolucionário tinha recursos, nenhum exército de libertação lutava contra o exército colonial; em nenhum lugar nas cidades uma greve geral efetiva ameaçava a economia colonial (MUNANGA, 2007, p.13)

A mesa-redonda decidiu que o Congo Belga independente seria uma república parlamentar e uma constituição provisória chamada “Lei Fundamental” foi instituída para garantir o período de transição. Em seguida, foram organizadas em maio de 1960 as eleições nacionais. Joseph Kasa-Vubu foi eleito o primeiro presidente da República e Patrice Lumumba o primeiro-ministro e chefe do governo.

Por fim, a independência do Congo foi proclamada em 30 de junho de 1960, o país tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que por mais competentes e voluntaristas que fossem não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente.

O capítulo a seguir apresenta-se a situação política do Congo após a sua independência, marcada por uma ditadura de 32 anos e da falta de uma classe preparada de elites congolezes para assumir a gestão do país.

3. A SITUAÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO APÓS A INDEPENDÊNCIA

Este capítulo apresenta o quadro político da República Democrática do Congo após a independência em 30 junho de 1960. O capítulo encontra-se subdividido em quatro seções. A primeira apresenta o caos em que viveu a população congolese depois da sua independência. Na segunda e na terceira, trata-se das ditaduras de Mobutu e depois de Laurent Desiré Kabila. Por fim, na última, aborda-se o fim de conflito armado eo início da democracia no país.

3.1 CAOS PÓS-INDEPENDÊNCIA, ASCENSÃO DE MOBUTU E ASSASSINATO DE LUMUMBA (1960 ATÉ 1965)

Após a independência, a única força armada na qual o governo congolês podia confiar era a força pública colonial. Infelizmente, não se dispunha de um único oficial congolês em sua hierarquia de comando. Assim, para os soldados congolese, a independência do país não havia trazido nenhuma mudança para eles. Em consequência, eles exigiram a africanização dos quadros de comando.

Diante dessa situação de revolta, que repercutiu em todos os quartéis, o primeiro ministro Patrice Lumumba, em seu discurso em 5 de julho de 1960 dirigido às tropas, ofereceu uma promoção automática na posição superior a todos os soldados. Mas, a oferta foi considerada insuficiente porque a posição de suboficial, a mais elevada ocupada pelos congolese não os colocaria realmente numa posição de comando (MUNANGA, 2007, p.15).

Os soldados obrigaram ao governo recém-empossado a retirar o comando das tropas das mãos dos belgas e a africanizar os quadros superiores do comando. Foi nesse contexto que Joseph Mobutu, contador-datilógrafo da força pública, foi nomeado coronel chefe do Estado-maior.

Lumumba foi incapaz de controlar o movimento, pois apenas algumas unidades do exército podiam lhe obedecer. O Estado secessionista se consolida rapidamente. Diante dessa situação, os paraquedistas belgas da base aérea de Kamina (Katanga oriental) entraram em ação para proteger os bens e as vidas da população branca no Katanga e nas outras partes do Congo e intervieram em 9 de julho. Em 11 de julho, Moïs Tshiombé ratifica a intervenção belga através de um recurso ao governo de Bruxelas. Todos os pontos estratégicos do país já

estavam sob o controle das tropas belgas, os reforços continuavam a chegar via aérea a Kamina e a Elisabeth ville. Em 9 de setembro de 1960, D. Hammar skjold, secretário-geral da ONU, decide pelo envio dos capacetes azuis para ocupar o aeroporto de Elisabeth ville, com a missão de fechá-lo a todos os aviões, salvo os das Nações Unidas (MUNANGA, 2007, p.15)

A secessão de Katanga teve como consequência direta e negativa na economia do país, a República do Congo foi privada de 45% de sua renda nacional, contribuindo para a desintegração da economia nacional já no primeiro mês da independência. Mas, as consequências indiretas talvez fossem as mais importantes, pois a secessão de Katanga provocou a instabilidade política no território nacional.

O presidente da República à época, Joseph Kasa-Vubu, chefe da ABAKO, decretou a dissolução do governo nacional revogando Lumumba, apesar deste ter ainda a maioria no parlamento. Mas, Lumumba recusa sua demissão e por sua vez revoga o presidente da República. Em 17 de setembro, Ele foi detido e colocado em prisão domiciliar pelas tropas de Joseph Mobutu. Apesar da presença das tropas das Nações Unidas, em nome da doutrina de não intervenção, recusaram-se a salvar Lumumba, consentindo implicitamente com o fracasso do seu governo.

Lumumba foi transferido para o Katanga e foi assassinado em 17 de janeiro de 1961, tragédia que encerrou sua tentativa revolucionária. Ele é considerado o herói nacional de uma revolução e da independência da República Democrática do Congo.

Depois do assassinato de Patrice Lumumba, vítima da conspiração entre Mobutu, os líderes da secessão de Katanga, a Bélgica e outros países ocidentais, o caos aumentou. Vários grupos rebeldes explodiram em diferentes províncias do país. Eles contavam com a ajuda de mercenários e das tropas belgas. Apesar dessa situação crítica entre 1961–1965, Mobutu conseguiu manobrar e reorganizar o exército nacional, mandando formar jovens oficiais em vários países ocidentais, inclusive em Israel, onde foram formadas as tropas de elite da guarda presidencial. Por fim, com a ajuda dos mercenários, ele conseguiu sufocar todas as forças rebeldes, pacificar e unificar o país.

3.2 A DITADURA DE MOBUTO SESE SEKO (1965 até 1997)

Em 1964, Mobutu neutraliza o presidente da República Joseph Kasa-Vubu e convida Moïse Tshombé, exsecessionista de Katanga para formar novo governo como primeiro ministro (em seguida o Congo Leopoldville foi rebatizado República Democrática do Congo).

Em 1965, Mobutu torna público seu golpe militar e se auto-proclama presidente da segunda República do Congo, eliminando gradualmente todos os vestígios da democracia. Ele procede à eliminação física sistemática de todos seus oponentes, reais ou fictícios.

Em 1970 ele extingue todos os partidos políticos e cria um partido único, chamado “Movimento Popular da Revolução” (MPR) do qual é presidente e ao qual todos os cidadãos congolezes são automaticamente vinculados como membros. Para enfatizar ainda mais sua revolução, ele muda o nome do país, da moeda nacional e do rio Congo, que passa a ser chamado de Zaire a partir de 1971. Ele obriga todos os cidadãos congolezes a abandonar os nomes ocidentais recebidos no batizado ou em outra circunstância, e a substituí-los por nomes autenticamente africanos (MUNANGA, op. cit., p.17)

Mobutu passa a ser considerado como senhor absoluto do Zaire. “*Le Zaire c’est moi*” (O Zaire sou eu), essa bela frase cuja autoria lhe foi atribuída aproxima Mobutu de Louis XIV, que teria também dito que “*l’État c’est moi*” (O estado sou eu). Ele convenceu os ocidentais que era realmente o homem forte do Zaire com quem deveriam alinhar-se para salvar seus interesses capitalistas no coração do continente africano.

Pelo fato da Guerra Fria e do avanço dos movimentos socialistas nos países vizinhos (Angola, República do Congo-Brazzaville, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Conacri, Benin, etc.), o regime ditatorial de Mobutu foi apoiado por quase todos os países ocidentais: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, entre outros.

No entanto, para Munanga (opcit, p.18) entre 1973-1975, a situação econômica do país começou a mostrar fortes indícios de deterioração, devida em parte à nacionalização do comércio por Mobutu para beneficiar seus fiéis adeptos e alargar seu clientelismo político. Dessa forma, em 1977, devido a um colapso dos preços do cobre no mercado internacional, as condições econômicas pioraram.

Enquanto, a crise econômica tendeu a piorar, os líderes oposicionistas que tentam se manifestar são presos, alguns são mortos. O regime de Mobutu é condenado pelo movimento de Anistia Internacional, alegando violação de direitos humanos no Congo. As manifestações estudantis em Kinhasa e Lubumbashi, dois dos centros universitários mais importantes do país, são violentamente reprimidas, matando 150 estudantes em 1990.

Entre 1991-1993 ele foi pressionado até por seus aliados ocidentais, vendo-se obrigado a criar uma nova legislação autorizando a volta da pluralidade partidária no Zaire. Enquanto isso, a situação econômica se deteriorou, os protestos e manifestações de rua se multiplicaram, bem como as medidas repressivas. Dessa forma, Mobutu convoca em 1993 uma Conferência Nacional soberana com a missão de resolver a crise e preparar o país para um novo governo. Entretanto, as manipulações e manobras políticas para continuar a controlar o poder não cessaram. Nomações e demissões sucessivas faziam parte do cenário político para opor e dividir os principais líderes da oposição, deixando claro que Mobutu não tinha desistido de sua posição de senhor do Zaire.

Entre 1996-1997, Mobutu descobriu que estava com um câncer de próstata bastante avançado e foi obrigado a retirar-se momentaneamente do poder para se tratar na Suíça. Ele deixou o primeiro ministro Kengo Wa Ndongu para controlar a situação explosiva no norte do país e no Kivu, mas ele fracassou completamente. Por isso, Mobutu foi obrigado a voltar, mas seu estado de saúde não lhe permitiu mais o controle da situação como o fazia antes.

Em 1996, surge uma rebelião, a AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Liberação do Congo), conduzida por Laurent-Désiré Kabila. Essa rebelião começou pelo leste do país na fronteira com Uganda, Ruanda e Burundi para libertar o Zaire da ditadura de Mobutu Sese Seko. Os militares de Mobutu, corroídos pela corrupção, correram em debandada sem resistência, deixando as forças de AFDL ocupar as cidades de Goma e Bukavu, por onde começaram a marcha em direção à capital, Kinshasa. Mobutu tentou em vão ensaiar algumas manobras, até um encontro com Laurent Kabila no seu barco presidencial pela mediação de Nelson Mandela para buscar um desfecho pacífico.

Finalmente, em 16 de maio de 1997, Mobutu totalmente derrotado e informado da entrada triunfal das tropas rebeldes em Kinshasa, organiza sua fuga para Marrocos, onde morreu no exílio político em setembro do mesmo ano.

3.3 A DITADURA DE LAURENT DÉsirÉ KABILA (1997-2001)

De acordo com Munanga (2007), em 17 de maio de 1997, as forças de AFDL entraram em Kinshasa. Laurent-Désiré Kabila se autoproclama presidente da República Democrática do Congo. Ele fecha todos os partidos políticos e as instituições existentes. Assim nasce uma nova ditadura num país rebatizado República Democrática do Congo pelo próprio Presidente Kabila. Isto vai gerar protestos dos partidos que, além de serem proibidos, não tiveram representação nos escalões do governo nacional. Logo surge outro conflito militar devido aos desentendimentos entre Kabila e seus aliados de Ruanda, Burundi e Uganda, que desembocam numa nova rebelião anti-Kabila, compostas por seus antigos companheiros de armas de AFDL.

Em 2 de agosto de 1998, uma rebelião conduzida pelo movimento “*Rassemblement Congolais pour La Démocratie et La Libération du Congo (RCD)*”, com o apoio das tropas de Ruanda e Uganda, vai atacar a cidade de Matadi para capturar a central hidroelétrica de Ingá e daí marchar em direção à capital, Kinshasa. Mas, as tropas de Angola, Namíbia e Zimbábue são chamadas para socorrer o governo de Kabila e conseguiram a tempo deter o avanço do RCD.

Além disso, nasce um outro movimento de rebelião chamado Movimento de Libertação Congolês (MLC) que abre uma outra frente de resistência no leste contra as tropas governamentais. Esses conflitos armados se caracterizaram pelas atrocidades cometidas pelas tropas do governo, pelos rebeldes e seus aliados ruandeses, burundeses e ugandeses, provocando um imenso deslocamento das populações nas zonas de conflitos. As estatísticas sobre o número de mortes são alarmantes. Algumas fontes¹⁰ não oficiais afirmam que cerca de 3,5 milhões de pessoas já teriam morrido nessa guerra, número considerado como o segundo genocídio depois da Segunda Guerra Mundial. Além dessa triste realidade, a República Democrática do Congo é considerada a capital mundial de estupro, milhares de mulheres congolesas foram estupradas durante os vinte últimos anos de conflito no país.

¹⁰O documentário “O homem que concerta mulheres” realizado pelo cineasta belga Thierry Michel, mostra o médico Denis Mukwege, que vem tratando as mulheres e meninas violadas por diversos grupos armados.

Em agosto de 1999, uma comissão especial das Nações Unidas é enviada com urgência ao local para examinar a situação, publicando um relatório contundente lamentando as violações dos direitos humanos por todas as facções em guerra. Laurent Kabila se viu obrigado a autorizar o retorno dos partidos políticos, a abertura de novos partidos e o exercício público de suas atividades. Ele dissolve seu próprio partido “*Aliance des Forces Democratiques pour La Libération du Congo (AFDL)*” e cria um novo: *Comité Du Pouvoir pour le Peuple (CPP)*

Em 08 de janeiro de 2001, Laurent Kabila é encontrado assassinado na sua residência e seu filho Joseph Kabila é nomeado seu sucessor na presidência da República. Até o assassinato de Laurent-Désiré Kabila, as tropas de sete países africanos se enfrentaram no território da RDC: Zimbábue, Angola, Chade e Namíbia ao lado das tropas leais ao governo; Ruanda, Burundi e Uganda ao lado dos movimentos rebeldes. Essa presença pode ser caracterizada como uma violação flagrante dos princípios da ONU, pois considerada como violação do território e da soberania nacional.

3.40 ESTADO EM JOSEPH KABILA E INÍCIO DA DEMOCRACIA

Para Silva (2011), Joseph Kabila retomou o caminho da abertura política com esforços políticos e diplomáticos para trazer a paz de volta no país. Em outubro de 2001, iniciaram-se as primeiras movimentações de diálogo entre o governo e as forças rebeldes para preparar a formação de um governo de transição. A Constituição de Transição baseou-se na fórmula de um presidente e quatro vice-presidentes (1+4) e um Parlamento bicameral composto por cinco grupos principais e três entidades menores que participaram do diálogo e assinaram o acordo de paz final. Dessa forma, a instituição foi reestruturada e incorporou, além das forças do antigo governo, uma porção dos grupos MLC, RCD-K-ML, RCD-Goma e Mai Mai. Mas, apesar da existência de um comando central em Kinshasa a maior parte das tropas mantém alianças a comandantes e causas.

Por fim, um novo sistema eleitoral foi formulado pela Comissão Eleitoral Independente (CEI), conforme previsto na Constituição de Transição. Como base ao processo eleitoral, foi referendada a nova Constituição da RDC nos dias 18 e 19 de dezembro de 2005. Porém, a nova Constituição entrou apenas em vigor em 6 de dezembro de 2006. Essa constituição definiu um governo presidencialista com eleições majoritárias para presidente,

um legislativo nacional bicameral dividido em 500 assentos para a Assembléia Nacional, e 104 assentos para o Senado. Os mandatos do Executivo e Legislativo são de cinco anos, sendo que o presidente pode ser reeleito uma vez.

Em 2006, Joseph Kabila foi eleito presidente da República Democrática do Congo e inicia-se a democracia no país. Apesar de sucesso das eleições, o arranjo político formado em 2006 ainda não conseguiu superar as principais instabilidades no leste do país.

Baseado em Silva (2011), um dos grandes problemas do arranjo de transição era que tanto os membros do Executivo quanto do Legislativo não haviam sido eleitos, não houve critério para a escolha dos representantes e alguns distritos eleitorais não foram representados. Essa situação criou a instabilidade política no país, até hoje há presença de alguns grupos armados que exercem o terror em algumas partes do território nacional.

O capítulo a seguir apresenta-se a teoria da dependência na visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), partindo do conceito da lei das vantagens comparativas até a deterioração dos termos de trocas entre a periferia e o centro.

4. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Este capítulo apresenta a teoria da dependência na visão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a partir da perspectiva centrada nas relações de dependência centro-periferia. O capítulo encontra-se subdividido em quatro seções. A primeira apresenta o subdesenvolvimento como uma condição da periferia. Na segunda, aborda-se a teoria das vantagens comparativas. Já na terceira relata-se a deterioração dos termos de troca. Por fim, na última, apresenta-se a doença holandesa ou a maldição das riquezas naturais.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO COMO UMA CONDIÇÃO DA PERIFERIA

A situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição (CARDOSO; FALETTO, 1970, p.26).

De acordo com os autores, o subdesenvolvimento refere-se à estrutura de um tipo de sistema econômico onde há predomínio do setor primário, grande concentração da renda, pouca diversificação do sistema produtivo, há sobretudo o predomínio do mercado externo sobre o interno. Dessa forma a dependência da situação de subdesenvolvimento provoca uma forma de dominação social que se manifesta por algumas características na atuação e na orientação dos grupos no sistema capitalista (CARDOSO; FALETTO, 1970, p.26).

No que tange ao entendimento do conceito de “subdesenvolvimento”, os autores afirmam que o esquema de “economias centrais” e “economias periféricas” pode parecer mais rico na ótica social que o esquema de economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Nele pode ser considerado de imediato a noção de desigualdade de posições e de funções numa mesma estrutura de produção global.

Em outras palavras, a expansão do capitalismo criou um sistema global de produção e nesse mesmo mercado mundial os países da periferia eram considerados subdesenvolvidos devido a capacidade e ao desenvolvimento produtivo. Sendo assim, as economias

desenvolvidas e subdesenvolvidas ocupavam posições diferentes dentro da mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição, ou seja, há uma estrutura definida de relações de dominação (CARDOSO; FALETTO, 1970, p.26).

Segundo Bielschowsky (2004), o conceito “centro-periferia“ é fundamental na teoria da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). De acordo com este conceito, a divisão internacional do trabalho desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, dividiu o mundo de forma desigual nos dois polos, fazendo com que as duas regiões se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento. O mundo era dividido nos dois blocos seguintes: Os países cêtricos e países periféricos. No centro, o progresso técnico se desenvolveu de forma mais rápida, em todos seus setores industriais. Por consequência, percebeu-se um aumento na produtividade de todos os setores das economias centrais.

Porém, Bielschowsky (2004) afirma que na periferia a situação foi oposta, o progresso técnico se desenvolveu apenas nos setores de exportação, em forte contraste com o atraso nos outros setores de produção. As economias dos países periféricos se limitaram a fornecer os alimentos e matérias primas a baixos preços para o centro.

Ainda, conforme Mantega (1995), o subdesenvolvimento depende da estrutura interna dos países periféricos, que se caracteriza pela produção agrícola primário-exportadora, com baixa integração entre os diversos setores produtivos e com desemprego estrutural. Essa produção agroexportadora estaria assentada numa estrutura agrária fortemente monopolizada e nas mãos de grupos sociais privilegiados.

Baseado em Cardoso e Faletto (1970), é importante lembrar que tanto os países da América Latina, tanto os países africanos, foram por muitos anos colônias europeias e o tipo de colonização baseada na relação de exploração. Esses territórios tinham como função prover as metrópoles com produtos primários. Mesmo após os processos de independência, sua estrutura produtiva esteve vinculada aos bens primários voltados para a exportação. Assim, mantém-se a tendência de queda nos preços dos produtos primários e elevação de preços dos produtos importados no longo prazo.

Para Ribeiro (2010), acontece que nos países centrais há uma maior compatibilidade entre a absorção da tecnologia tanto nas áreas agrícolas como no âmbito das manufaturas,

tendo em vista sua respectiva mão de obra e demanda produtiva. Na periferia, a realidade é outra, a tendência é que a produção seja baseada na agricultura para exportação, e que tanto a tecnologia quanto a mão de obra especializada sejam escassas.

Diante dessa observação, a Comissão Econômica para a América Latina chegou à conclusão que as economias dos países periféricos nunca sairiam no subdesenvolvimento se conduzidas conforme as livres forças de mercado. As suas economias permanecerão principalmente agrárias e voltadas para o mercado externo, com o baixo nível de integração industrial, com as altas taxas de desemprego, com desequilíbrios no balanço de pagamentos.

4.2 A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS

Partindo do conceito da lei das vantagens comparativas, tem-se:

Um dos principais expoentes dessa teoria, o livre comércio e a especialização dos vários países naquelas atividades para as quais demonstrassem vocação natural conduziria à propagação do progresso técnico e à difusão do desenvolvimento para todos os membros da comunidade mundial. A lei das vantagens comparativas (um dos pilares da Teoria Clássica) sustentava que, se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados (MANTEGA, 1995, p.35).

De acordo com Souza (2005), a teoria clássica do comércio internacional afirmava que cada país deveria especializar-se na produção de bens para os quais tem vantagens comparativas de custo. Do mesmo modo, o autor explica que o produto da economia global acabaria gerando o aumento de bem-estar social. Por isso, os países periféricos com abundantes recursos naturais deveriam especializar-se na produção de bens primários e os países do centro, de tecnologia avançada, se focalizam na produção dos bens manufaturados.

Baseado na teoria neoclássica do comércio internacional, Heckscher e Ohlin (*apud* Souza 2005) argumentam que a especialização é consequência das diferenças de dotação de fatores entre países. Alguns com a mão de obra abundante e, portanto salários baixos seriam especializados na produção e exportação de produtos que exigem tecnologias de trabalho intensivo.

Na mesma perspectiva, Furtado (2000) afirma que o mundo é dividido em dois blocos em relação à divisão internacional do trabalho. Certos países se inseriram internacionalmente do ponto de vista econômico especializando-se em setores em que o progresso tecnológico penetrava com rapidez. Outros especializaram-se em atividades com respeito às quais sua constelação de recursos apresenta vantagens comparativas.

Em outras palavras, os países cênicos importam as matérias primas e exportam os bens manufaturados, entretanto, os países periféricos transformam-se em exportadores dos produtos primários e importadores dos bens industrializados.

Segundo Mantega (1995), até no século XX a economia mundial navegava em águas cada vez mais turbulentas, num cenário onde vários economistas insistiam na eficiência da livre concorrência para engendrar o equilíbrio econômico, que deveria conduzir à alocação supostamente ótima dos recursos produtivos. Porém, foi necessário estourar a crise mundial de 1929, que mergulhou o sistema capitalista na maior depressão da sua história, para colocar em dúvidas as teorias das vantagens comparativas e pensar nos novos instrumentos que vão garantir a sobrevivência do capitalismo.

4.3 A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCAS

Baseado em Prebisch (1949):

A realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo. Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. (PREBISCH, 1949, P.47).

Assim o autor afirma que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho tem uma validade teórica inobjetable. Ela é baseada na premissa seguinte: o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela redução dos preços, seja pelo aumento equivalente das remunerações.

Segundo esta premissa, os países de produção primária obtém sua parte desses frutos por meio de intercâmbio internacional. Portanto, não é necessário industrializar-se. Seu erro está em generalizar o que é muito circunscrito. Pois a auferição das vantagens do

desenvolvimento da produtividade na periferia não ocorre em medida comparável em relação ao que desfrutam as populações dos países do centro (PREBISCH, 1949, p.47).

Da mesma forma, Mantega (1995) afirma que os países da periferia ou subdesenvolvidos eram prejudicados por inúmeras desvantagens na função de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. O centro desenvolvido não transferia seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada.

Dessa forma, Furtado (2000) desaprova o sistema de divisão internacional do trabalho fundado nas vantagens comparativas. Segundo ele, os países periféricos absorvem menos progresso tecnológico por unidade de investimento do que os países mais desenvolvidos. Ele afirma que a evolução da economia internacional deu origem a uma transferência persistente de recursos dos países subdesenvolvidos em benefícios dos industrializados. Em outras palavras, observam-se que os produtos primários são vendidos aos países desenvolvidos a preços reais declinantes.

Para Prebisch (1949), trata-se de um fato certo que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Existem grandes diferenças entre os níveis de vida das populações desses dois grupos de países, há discrepâncias acentuadas entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a poupança depende muito do aumento da produtividade.

De acordo com o mesmo autor, não tem uma explicação ou uma maneira de justificar a premissa da divisão internacional do trabalho, trata-se de um manifesto desequilíbrio. Daí se justifica a importância da industrialização para os países da periferia. Ela não é um fim, porém o único meio disponível para obter uma parte do fruto do progresso técnico e melhorar a nível da vida das massas.

Assim, dentro da mesma lógica, Bielschowsky (2004) afirma que a Cepal considerou a deterioração nos termos de troca como uma das tendências que dificultavam o processo de industrialização. Desde muito tempo, os países da periferia tinham que continuar a depender de exportações de bens primários, pois muitos economistas acreditavam que existe grande excedente de mão de obra disponível para tais atividades.

Portanto, no Centro a forte organização dos sindicatos dos trabalhadores pressionavam os proprietários dos meios de produção a aumentar os salários dos trabalhadores. Por consequência, os empresários elevavam os preços dos bens manufaturados para compensar esse aumento dos salários.

Pelo lado da periferia, a falta da organização da classe trabalhadora e a lenta expansão da demanda internacional de bens primários, mantêm os salários e preços dos produtos baixos. Por consequência, ocorre o desequilíbrio externo, mantendo e ampliando a tendência a deterioração nos termos de troca.

Para explicar como os preços das exportações da periferia cresciam mais lentamente do que os preços das exportações do centro, Mantega (1995) resumiu as duas causas mais importantes dessa deterioração de termos de trocas assim:

- Em primeiro lugar, a diferença de comportamento da demanda de produtos primários em relação à demanda de manufaturados;
- Em segundo lugar, a diferença entre a situação do mercado de trabalho e da organização sindical no centro e na periferia.

Em outras palavras, quando aumenta a renda dos consumidores do centro, apenas uma parte menor desse aumento de salários dos trabalhadores do centro seria destinada à alimentação e outros bens primários. Isso se justifica pelo fato que as famílias da classe trabalhadora do centro já usufruíam de uma alimentação razoável.

4.4 A DOENÇA HOLANDESA OU A MALDIÇÃO DAS RIQUEZAS NATURAIS

Pereira & Marconi (2010) definem a doença holandesa como um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico.

Para os autores, o primeiro modelo de doença holandesa foi desenvolvido por Corden e Neary (1982) e aprimorado por Corden (1984). Nele, existem três setores: o de produtos não comercializáveis, o de produtos comercializáveis que cresce rapidamente (extração de

produtos naturais ou produção de grãos, por exemplo, nos quais o país possui vantagens comparativas) e o de comercializáveis que cresce mais lentamente (indústria e demais setores da agricultura e extração).

O setor que produz recursos naturais (comercializáveis que cresce à frente dos demais) tende a expandir rapidamente suas receitas de exportação, o que leva à apreciação da taxa de câmbio (ambos os fatores contribuem para elevar a renda, incluindo a dos assalariados, e a demanda interna) e, por consequência, ao desestímulo à exportação no setor de manufaturados (comercializáveis que crescem mais lentamente). Uma parcela dos fatores produtivos é deslocada para o setor que produz recursos naturais e para o setor de não comercializáveis (neste caso, devido ao aumento da renda interna) e, ainda que a produção de manufaturados se desloque para o mercado interno, pode ocorrer um processo de desindustrialização em virtude da redução das vendas externas deste último e do aquecimento dos demais setores (PEREIRA; MARCONI, 2010, p.8)

Outros autores como Joseph E. Stiglitz definem este fenômeno como a maldição das Riquezas Naturais. Segundo este autor:

Há um fenômeno curioso ao qual os economistas se referem como a maldição dos recursos naturais.” Parece que, em geral, os países ricos em recursos naturais apresentam um desempenho pior do que aqueles com menores quantidades de recursos – o oposto daquilo que se esperaria.(STIGLITZ, 2005, p.13)

O autor cita o caso da Nigéria, um país que depende muito da exploração petrolífera, seu rendimento per capita caiu de US\$ 302.75 em 1973 para US\$ 254.16 em 2002. Mesmo caso para Serra Leoa e Botswana, ambos, países são ricos em diamantes. Botswana apresentou uma taxa de crescimento médio de 5,2% entre 1974 e 2002, mas a Serra Leoa mergulhou em guerras civis pelo controle de suas riquezas em diamantes. Além disso, há também muitos casos de insucessos socioeconômicos nos países ricos em petróleo no Oriente Médio. Dessa forma, os países ricos em recursos naturais são frequentemente marcados por grandes desigualdades, em que a maioria da população é pobre. Por exemplo, dois terços da população da Venezuela vivem na pobreza, apesar do país ser membro da OPEP, os frutos da abundância petrolífera do país vão para uma minoria.

Para Karl (2005), os surpreendentes resultados negativos dos países ricos em recursos naturais são chamados de “maldição dos recursos naturais.” Ele esclarece que a maldição dos recursos naturais não é uma afirmação de que a abundância das riquezas naturais é sempre ou inevitavelmente ruim para o crescimento econômico e desenvolvimento de um país como alguns acreditam. Pelo contrário, há exemplos históricos fortes de desenvolvimento bem sucedido com base em recursos naturais, por exemplo, os Estados Unidos (se tornou o líder mundial em manufaturas), o Canadá, a Austrália, o Chile, e a Noruega, etc.

A maldição dos recursos naturais se refere à relação inversa entre a elevada dependência do recurso natural e as taxas de crescimento econômico. Vários estudos recentes mostraram que os países em desenvolvimento ricos em recursos naturais tiveram pior desempenho quando comparados com os países pobres em recursos. Sobretudo os países dependentes de exportações de recursos naturais extraídos de uma área geográfica ou econômica circunscrita, tais como o petróleo ou os minérios. Eles têm mostrado crescimento mais lento.

Dessa forma, a observação é que os países ricos em recursos naturais, como petróleo e minérios, estão entre os que tiveram os mais fracos desempenhos quanto ao crescimento, apesar de possuírem grande capacidade de investimento e importação. Por exemplo, um estudo feito nos países da OPEP, demonstrou que no período de 1965 a 1998 o produto interno bruto per capita diminuiu uma média de 1.3 % ao ano, enquanto que países em desenvolvimento não exportadores de petróleo cresceram com uma média de 2.2 % no mesmo período. Os Estudos mostram que quanto maior for a dependência de um país em recursos naturais (petrolíferos e minerais), pior o desempenho do crescimento econômico (KARL, 2005, p.23)

Durante as últimas décadas, pesquisas foram feitas por economistas e cientistas políticos para entender esses enigmas de maldição dos recursos naturais, mas as explicações para este desempenho econômico deficiente observado nos países ricos em recursos naturais são várias e discutíveis, pois há combinação de fatores que torna esses países especialmente suscetíveis ao fracasso das políticas e ao colapso do crescimento. Em particular, hoje entendemos que o problema é político por natureza, a maioria desses países estão entre os países mais corruptos do mundo. Por isso, podem implementar leis anticorrupção e anti

suborno rigorosas. Precisam-se reformas das instituições desses países para garantir que os recursos naturais sejam utilizados para o benefício de toda a população do país.

Com base das concepções teóricas abordadas nos capítulos anteriores, o capítulo a seguir apresenta a situação econômica atual do Congo após a sua independência, analisando os dados do PIB e PIB *per capita* disponibilizados pelo Banco Mundial, e os dados da balança comercial disponibilizados pelo *International Trade Center*.

5. ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES E DAS IMPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Este capítulo inicia-se com a apresentação da situação da economia congoleza atual, analisando o PIB e PIB per capita de 1960 a 2014, a partir de dados disponibilizados pelo Banco Mundial. Depois, analisam-se as exportações e as importações do Congo no período entre 2004 e 2014¹¹.

5.1 SITUAÇÃO DA ECONOMIA CONGOLESA ATUAL

De acordo com Bakand'olinka (2014), a análise da situação económica da República Democrática do Congo permite mostrar a origem das dificuldades estruturais que levaram o país a solicitar a intervenção das instituições internacionais. Desse modo, podemos argumentar que as orientações políticas e econômicas inadequadas são a base pelo fracasso atual da economia congoleza, apesar das intervenções constantes das instituições financeiras internacionais.

Assim, o autor identifica onze principais causas e corolários que são a origem dessas dificuldades econômicas no país e de seu endividamento externo:

- 1) A gestão do Estado depois da independência por uma elite não preparada para administrar o país;
- 2) A marginalização da agricultura;
- 3) A focalização no setor de mineração;
- 4) A manifestação de doença holandesa no Congo;
- 5) A corrida para o investimento industrial ou política de grandes obras;
- 6) Estabelecimento de clientelismo e um Estado predatório;
- 7) Financiamento externo dos investimentos das empresas públicas de transporte;
- 8) Uso intensivo de capitais externos, sem planejamento de capacidade de reembolso;

¹¹A seleção desse período se justifica por serem disponibilizados por Internacional Trade Centre.

- 9) Pedido aos organismos financeiros internacionais para equilibrar as finanças públicas;
- 10) A dívida externa da República Democrática do Congo e a fuga de capitais;
- 11) O crescimento da dívida externa e da hiperinflação no país.

5.1.1 A Província do Katanga

A Katanga é a maior província da República Democrática do Congo, ela tem quase um quarto da superfície do país. Formada por três principais cidades: Lubumbashi, Likasi e Kolwezi, que se encontram a sul, perto da fronteira com a Zâmbia.

Graças aos seus minérios, é a região mais rica do país. O geólogo belga Jules Cornet aquando da sua chegada a este território, em 1892, referiu-se a esta região como um escândalo geológico, pois aí abundam o ferro, o cobalto, o cobre, o germânio, o estanho, o urânio, o zinco, o ouro (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.6).

Assim, desde a colonização do Congo e principalmente depois da morte do rei Leopoldo II em 1909, os recursos minerais do Katanga começaram a ser explorados.

De acordo com os autores, a situação atual do Katanga não é muito diferente da época colonial. Há os miseráveis, dezenas de milhares de sacadores que ocuparam as pedreiras e as minas de maneira ilegal para assegurar uma sobrevivência mínima, carentes de dignidade.

Eles trabalham de mãos nuas, em pavorosas condições de segurança, muitas vezes em situações terríveis de falta de ar e de calor extremo, além de serem vítimas frequentes dos desabamentos. Por conta da necessidade de subsistência, eles são explorados por comerciantes que lhes compram o minério a baixos preços para o exportarem clandestinamente (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.9).

Existem hoje grandes empresas multinacionais¹² na exploração dos minérios desta província. Os Principais Minérios que existem no Katanga são o Urânio, o Cobalto e o Cobre.

- Urânio: é o elemento natural muito abundante, mas radioativo. Observam-se os numerosos problemas que levanta a extração do urânio para as populações do Katanga. Porém, as suas propriedades fazem dele a principal matéria-prima da

¹² Os autores citam a empresa o GuestHouse da sociedade canadense Anville.

indústria da energia nuclear. É importante lembrar o fato de que o urânio do Katanga ter servido para a elaboração da bomba atômica cuja deflagração destruiu a cidade de Hiroshima no Japão e pôs termo à Segunda Guerra Mundial (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.11).

- Cobalto: baseado em Mota et al. (2011), a África que detém a quantidade mais importante do mundo em cobalto. No caso do Congo especificamente, ele possui a metade das reservas. O cobalto foi descoberto desde a antiguidade graças à sua aptidão para tingir o vidro de um azul intenso. Ele é usado na fabricação de diversos produtos como baterias recarregáveis dos celulares, nas próteses dentárias e na produção de motores de avião. Por estes motivos citados, o preço do cobalto tem subido a cada vez ao longo dos últimos anos. Ele é muito procurado pelos países asiáticos, principalmente a indústria chinesa (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.12).
- Cobre: trata-se de um metal que é o melhor condutor da eletricidade e de calor. Dessa forma, suas propriedades fazem dele um metal muito demandado pelos países em desenvolvimento. Atualmente a China é o grande consumidor da produção mundial (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.12).

Em que tange a exploração da província do Katanga, Mota *et al.*(2011) apontam a diversidade das empresas que exploram essa região como causa do fracasso da indústria do Katanga.

Para eles, estas diferentes multinacionais de várias origens estão na base de um verdadeiro choque das culturas em congolêsas. É assim que se podem encontrar americanos, canadenses, ingleses ou ainda australianos nestes lugares. Mas há também sociedades libanesas, paquistanesas, indianas, russas ou chinesas.

Portanto, estas multinacionais estrangeiras não investem necessariamente na extração, compram minérios brutos aos mineradores artesanais, seguidamente exportam-no para a China através da Zâmbia. Estas práticas são habitualmente denunciadas por muitos economistas (MOTA; LOPES; ANTUNES, 2011, P.14).

De acordo com Mota *et al.*(2011), os chineses negociaram um contrato de 9 bilhões de dólares com o Governo congolês. Eles comprometem-se a colocar em bom estado as

principais infra- estruturas da economia congoleza: estradas, vias de ferrovias, hospitais... E, em contrapartida, eles tem acesso aos recursos minerais do país.

Este contrato poderia ter sido negociado com os ocidentais se a imprensa não tivesse interferido e denunciado a situação política da República Democrática do Congo. Um detalhe que não importa ao governo chinês, que limita fortemente a liberdade de imprensa.

5.1.2 O Produto Interno Bruto

O PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia mais os impostos de produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos.

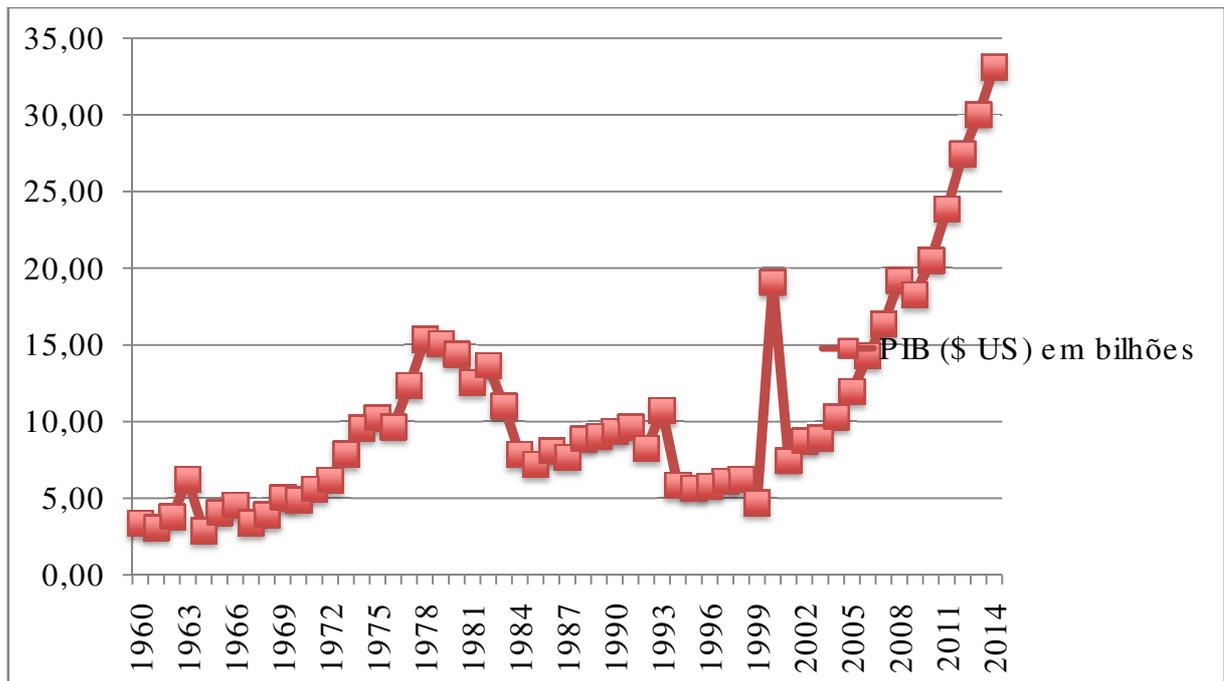
Tabela 02 - PIB entre 1960 e 2014 em bilhões U\$

Ano	PIB (\$ US) em bilhões
1960	3,36
1961	3,09
1962	3,78
1963	6,21
1964	2,88
1965	4,04
1966	4,53
1967	3,38
1968	3,91
1969	5,03
1970	4,88
1971	5,59
1972	6,17
1973	7,87
1974	9,60
1975	10,24
1976	9,65
1977	12,34
1978	15,37
1979	15,07
1980	14,39
1981	12,54
1982	13,65
1983	11,01
1984	7,86

Ano	PIB (\$ US) em bilhões
1985	7,20
1986	8,10
1987	7,66
1988	8,86
1989	9,02
1990	9,35
1991	9,63
1992	8,23
1993	10,71
1994	5,84
1995	5,65
1996	5,77
1997	6,09
1998	6,22
1999	4,71
2000	19,09
2001	7,44
2002	8,73
2003	8,94
2004	10,30
2005	11,96
2006	14,30
2007	16,36
2008	19,21
2009	18,26
2010	20,52
2011	23,85
2012	27,46
2013	30,01
2014	33,12
Taxa de Crescimento Anual Médio	4,33%
Taxa de Crescimento	885,92%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

Gráfico 01 - PIB entre 1960 e 2014 em bilhões U\$



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

Analisando os dados apresentados na Tabela 02 e o gráfico 01, observa-se um aumento do PIB com um taxa de crescimento de 885,92% e uma taxa de crescimento médio anual de 4,33%. Porém, a economia do país apresentou os valores do PIB baixos entre 1999 e 2001, o período da ditadura de Laurent Désiré Kabila. Durante seu governo, o país viveu uma estabilidade política interna devido aos desentendimentos entre Kabila e seus aliados. Esse período foi marcado pelo surgimento de uma onda de rebeliões anti-Kabila, compostas por seus antigos companheiros de armas de AFDL.

Observa-se no gráfico 01 uma grande queda no PIB em 2001, ela se justifica pelo assassinato do presidente da época Laurent Desiré Kabila. Essa situação política desestabilizou a economia congoleza. Porém, a melhoria da gestão macroeconômica surgiu a partir de 2002, depois da adoção de uma série de programas de estabilização apoiadas pelas instituições financeiras multilaterais, ajudou o país a reverter a tendência de crescimento econômico.

Segundo os dados do relatório de 2012 das Perspectivas Econômicas na África, a economia congoleza está crescendo nesses últimos anos. A República Democrática do Congo tem uma economia baseada na agricultura, na exploração da mineração, no comércio, na construção civil e obras públicas.

Baseado em *Perspectives économiques en Afrique* (2012), a agricultura congoleza tem um grande potencial de crescimento, mas é ainda pouco explorada e não atende às necessidades alimentares da população congoleza. Sua contribuição para o crescimento permaneceu modesta em 2011, de 1,2%. Uma pequena melhora em relação a 2010 foi observada com os efeitos positivos da reabilitação de estradas rurais e da implementação de projetos de desenvolvimento de culturas de exportação. Seus produtos agrícolas principais são cacau, madeira e óleo de palma.

Stiglitz (2002) argumenta que, os agricultores dos países africanos encontram mais dificuldades em relação aos países mais desenvolvidos, eles não podem concorrer com os produtos subsidiados provenientes dos países europeus e dos Estados Unidos.

Por este motivo que Prebisch (1949), recomenda a mecanização da agricultura como um meio para solucionar essa situação de deterioração de termos de troca entre os países centricos e os países periféricos. Necessita-se de importados bens de capital destinados para o setor da agricultura.

Em que tange a exploração da mineração, observa-se um lento crescimento em 2011, a contribuição do setor de mineração para a variação do PIB foi significativa, de quase 13%. Enquanto a produção de cobre caiu 1,6%, as de cobalto, zinco e diamantes tiveram aumento de 16,3%, 120,5% e 16%, respectivamente. Quanto ao aumento da produção de diamantes, este é o resultado da retomada de atividades da mineração de Bakwanga (MIBA).

A produção de ouro permaneceu baixa devido à natureza artesanal de sua exploração. Observa-se uma pequena redução na produção de petróleo de 7,86 milhões de barris em 2010 para 7,83 em 2011 (*Perspectives économiques en Afrique*, 2012, p.5).

O setor da construção civil teve um aumento de 10% em 2011, contra 12,1% em 2010, apesar de um declínio na produção de cimento de 19,6%. O governo fez uma política fiscal expansiva, decidindo isentar o imposto sobre importações de cimento para incentivar o crescimento nesse setor. Estes resultados positivos se justificam pela implementação da política de realização de grandes obras públicas, respeitando o acordo sino-congolês de 2007.

5.1.3 O Produto Interno Bruto per Capita

O PIB per capita é um indicador que ajuda a compreender o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região, constituído pelo produto interno bruto dividido pela população. PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia mais os impostos de produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos.

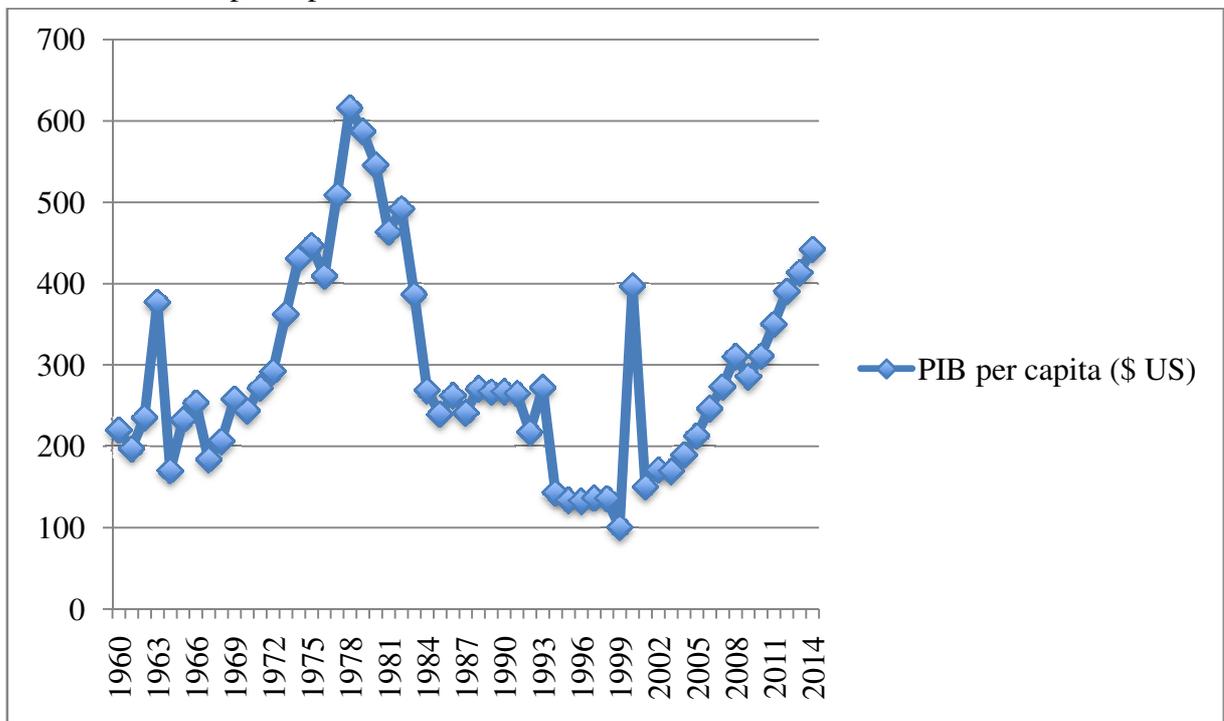
Tabela 03 - PIB per capita entre 1960 e 2014 em US\$

Ano	PIB per capita (\$ US)
1960	220,3
1961	197,4
1962	235,6
1963	377,4
1964	170,5
1965	232,8
1966	253,8
1967	184,1
1968	206,7
1969	258,6
1970	243,8
1971	272,1
1972	292,3
1973	362,8
1974	430,7
1975	447
1976	409,6
1977	509,2
1978	616,2
1979	587,3
1980	546,1
1981	463,5
1982	492,1
1983	386,9
1984	269,2
1985	239,9
1986	262,6
1987	241,5
1988	271,1
1989	267,2
1990	267,4
1991	265,1
1992	217,7
1993	272,3
1994	143,1

Ano	PIB per capita (\$ US)
1995	133,9
1996	132,9
1997	136,7
1998	136,2
1999	100,7
2000	397,3
2001	150,4
2002	171,2
2003	169,9
2004	189,6
2005	213,3
2006	246,8
2007	273,5
2008	310,7
2009	286
2010	311,2
2011	350,3
2012	390,7
2013	413,7
2014	442,3
Taxa de Crescimento Anual Médio	1,30%
Taxa de Crescimento	100,77%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial

Gráfico 02 - PIB per capita entre 1960 e 2014 em US\$



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial

Analisando os dados da Tabela 03 e o gráfico 02, nota-se que há muitas oscilações no PIB per capita. O seu valor mais baixo é quase 100 dólares em 1999. Portanto, apesar dessas oscilações, observa-se que tem pequena melhoria nos valores do PIB per capita, com a taxa de crescimento anual médio de 1,30% e a taxa de crescimento de 100,77% no período como um todo.

Assim, os dados mostram que a República Democrática do Congo é realmente um país de paradoxos, com uma diversidade de recursos naturais, mas o país tem um dos PIB *percapita* mais baixos do mundo.

De acordo com o relatório de Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) publicado em 2007, o território da República Democrática do Congo é rico em diversos metais, as reservas de cobalto estão avaliadas em 3,4 milhões de toneladas, ou 49% das reservas mundiais.

No entanto, após várias décadas de exploração por empresas públicas, muitos anos de negligência e de dilapidação, dezenas de contratos de mineração, após a promulgação de um novo código de mineração, em 2004, ainda não foram gerados os efeitos esperados. O impacto sobre as finanças públicas e de emprego permanece ainda limitado.

5.1.4 Questões políticas do período pós Independência

De acordo com Bakand'olinka (2014), a forma pela qual aconteceu a independência do Congo, não permitiu manter a prosperidade da economia alcançada durante o tempo colonial. Não preparada, a elite congoleza herdou as dívidas contratadas pela Bélgica, e, tinha que lutar para libertar-se do peso do capital estrangeiro no país. O legado colonial, as escolhas irracionais, o clientelismo e a predação, justificam as dificuldades da economia congoleza e sua dependência das instituições financeiras internacionais.

Baseado em Bakand'olinka (2014), para muitos observadores, o Congo belga viveu um processo de desenvolvimento muito rápido. Tinha um aumento significativo de excedente econômico em curto prazo. No entanto, o Congo era uma sociedade colonial fortemente polarizada, com duas classes distintas. De um lado, a população local formada pela massa de produtores colonizados e, por outro lado, colonos que controlavam os meios de produção e através deles as condições de acumulação e da utilização do excedente econômico. Dessa

forma, a minoria colonial controlava as condições de produção do excedente econômico em todas as escalas de produção.

Assim, pode-se dizer que o sistema colonial belga promoveu um modelo de acumulação excludente, que beneficiou mais os colonizadores do que a população local; que produziu uma estrutura dualista caracterizada pela coexistência de subsistemas com grandes disparidades, uma sociedade composta, de um lado, por uma minoria colonial dominante, de outro, uma maioria da população congoleza dominada.

Infelizmente, depois da independência, foi o mesmo modelo dualista que os líderes congolezes reproduziram a partir de 1965 pelo processo chamado de « Zairianisation ». A sociedade congoleza independente da Bélgica era formada da burguesia autocrática (controlando toda economia no país) e da população pobre, constituída em sua maioria de camponeses, perfazendo 70% da população.

O paternalismo belga implementou um servidão total da população local sem se preocupar com as consequências. Obrigava a ruptura com a cultura tradicional e proibiu a assimilação da cultura europeia. O sistema colonial belga criou uma alienação cultural que parece muito diferente do sistema francês e inglês, que constituiu uma das causas das reivindicações pela independência.

De ponto de vista de Bakand'olinka (2014), a alienação cultural e a falta do preparo do povo local explicam o comportamento dos congolezes depois da independência do país. Na verdade, o acesso à educação universitária era um desafio constante para os congolezes por seguintes motivos :

- para rivalizarem ou competirem com o colonizador;
- para serem considerados como pessoas *évolués*¹³ e fazerem parte da nova burguesia nascente ;

¹³A palavra *évoluée* pode ser traduzida como evoluída ou civilizada, tem uma conotação pejorativa. Neste texto, não pretende ser colocado no significado pejorativo.

- Enfim, para poder fazerem parte na nova sociedade independente e substituírem os funcionários europeus, a fim de se beneficiarem das vantagens das novas funções (carros, casas, etc.).

De acordo com o autor, a República Democrática do Congo não possuía elites que poderiam assumir as funções públicas. Esta situação seria uma das principais causas que levou o país à decadência. A chegada dessa elite no poder após a independência do Congo não conseguiu garantir a prosperidade da ex-colônia belga. Portanto, outros países potencialmente mais pobres do que o Congo, mas que tinham futuros líderes mais bem preparados antes da independência, foram mais bem geridos. Podemos citar o exemplo da Costa de Marfim e o Senegal.

Depois de muito tempo, excluídos da gestão das riquezas do país, os congolese se precipitaram à aquisição dos bens e privilégios do poder, sem considerar o peso ou importância do capital estrangeiro na economia congolese, e sobretudo a sua integração na economia global. Desta forma, os conflitos entre o novo Estado e a ex-metrópole tornaram-se inevitáveis.

Os novos dirigentes congolese, além da falta da preparação para administrar o Congo depois da sua independência, descobriram um país difícil a gerenciar. Na verdade, o Congo independente tornou-se um país com forte presença dos interesses instalados e protegidos pela Bélgica.

Os últimos anos da colonização foram caracterizados por dívidas da parte do governo ao capital estrangeiro. Esse endividamento foi o principal ponto de oposição entre os líderes congolese com o governo belga. Ele se recusou a assumir a responsabilidade sobre essa dívida pública deixada pelo regime colonial.

5.1.5 Nacionalização das unidades de produção (1967) e a Zairianisation (1973)

Para acabar com o controle da economia congolese pelo capital estrangeiro, especialmente da Bélgica, dois anos após a chegada ao poder, o Presidente Mobutu ordenou a nacionalização das unidades de produção, inicialmente com a mais poderosa “Union Minière Du Haut-Katanga” (UMHK).

Além da imagem simbólica da nacionalização da UMHK, para Bakand'olinka (2014) Mobutu queria permitir propositadamente a elite congoleza o controle dos meios de produção e dos investimentos estrangeiros no Congo. De acordo com o autor a competência¹⁴ não foi sempre o fator determinante para escolher os indivíduos capazes de assumir os novos cargos.

As medidas da "Zairianisation" de 1973 foram uma demonstração eloquente da relação orgânica entre o poder e as empresas privadas. Dessa forma, em 30 de novembro de 1973, o presidente Mobutu anunciou a recuperação dos ativos econômicos detidos por estrangeiros.

Na mesma senda, ele incentivou seus colaboradores políticos a exercerem além das suas funções oficiais, as atividades remuneradas. Este discursou pregado as medidas de "zairianisation" que levaram o país a uma série de consequências..

No ponto de vista do autor, além da cor, Mobutu nada possuía de distinto em relação ao monarca que governou o Congo durante um século antes dele, por conta de sua apropriação dos bens do Estado como se a ele pertencessem. As enormes quantidades de ações que ele possuía nas empresas privadas estabelecidas no país eram um forte indicativo dessa semelhança.

Da mesma forma que Leopoldo II, graças ao seu controle pessoal sobre o Estado, Mobutu não compartilhava com ninguém a maior parte dos lucros que ele beneficiava do comércio de borracha, possuía seu próprio conjunto de minas de ouro e até mesmo uma plantação de *Hevea brasiliensis*¹⁵.

5.2. AS EXPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

As exportações podem ser definidas como as saídas de bens, produtos e serviços além das fronteiras do país de origem. Esta operação envolve pagamento, como nas vendas de produtos e nas doações.

O comércio apresentou uma expansão de 7% em 2011. Sua contribuição para o crescimento passou para 1,4 pontos percentuais, contra 0,99 em 2010. Consequência do

¹⁴Nota-se que a maioria dos escolhidos para ocupar os cargos de administração pública, era da sua tribo ou círculo de amizade.

¹⁵Árvore que produz o látex, que é a matéria prima para fabricação de borracha.

bom desempenho do setor de mineração e da melhoria da infraestrutura rodoviária. O setor de transportes e comunicação apresentou um baixo crescimento, de 0,4% contra 0,3% em 2010. As exportações cresceram de 12% em 2011 e as importações em 16%. O aumento das exportações é explicado pelo aumento do volume de produção de empresas de mineração.

Tabela 04 – As exportações por categoria de produtos entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cobre e artigos derivados	2176	30538	60954	171853	526586	617188	1947445	2485482	3324410	3058178	2369376
Minérios e cinzas	284284	325057	426249	526300	1553608	959784	1654199	1803552	1471883	1973383	1975077
Combustíveis minerais, fósseis, produtos destilados, etc	107517	240736	132750	320480	221086	474564	697627	1205546	786762	1015029	1019566
Metais base, cerâmicos e artigos derivados	144334	73787	124670	221377	558276	290793	574062	487749	562497	626751	753131
Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc	557409	640980	513665	546982	501094	169550	176040	232643	250196	216243	208487
Madeira e artigos de madeira, lenha	66985	97397	143271	192676	205807	112424	131999	163991	146059	140855	137899
Commodities diversas	593	974	1568	4976	59568	38736	76286	97843	57779	58292	109823
Metais preciosos compostos, isótopos e químicos inorgânicos	4	21	9000	3986	2318	19343	196755	196338	126814	236014	61701
Borracha e artigos derivados	1267	2620	4542	3482	3523	2285	3315	4062	9355	12218	18609
Obras de arte, peças de colecionador e antiguidades	3511	2190	4219	6253	3640	4089	6183	2965	2547	10891	16131
...
Total geral	1222671	1498157	1485356	2087892	3764685	2806333	5639217	6917708	6931692	7665235	6796033

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 05 – As Taxas de Crescimento exportações por categoria de produtos entre 2005 e 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Cobre e artigos derivados	1.303,4%	99,6%	181,9%	206,4%	17,2%	215,5%	27,6%	33,8%	-8,0%	-22,5%
Minérios e cinzas	14,3%	31,1%	23,5%	195,2%	-38,2%	72,4%	9,0%	-18,4%	34,1%	0,1%
Combustíveis minerais, fósseis, produtos destilados, etc	123,9%	-44,9%	141,4%	-31,0%	114,7%	47,0%	72,8%	-34,7%	29,0%	0,4%
Metais base, cerâmicos e artigos derivados	-48,9%	69,0%	77,6%	152,2%	-47,9%	97,4%	-15,0%	15,3%	11,4%	20,2%
Pérolas, pedras preciosas, metais, moedas, etc	15,0%	-19,9%	6,5%	-8,4%	-66,2%	3,8%	32,2%	7,5%	-13,6%	-3,6%
Madeira e artigos de madeira, lenha	45,4%	47,1%	34,5%	6,8%	-45,4%	17,4%	24,2%	-10,9%	-3,6%	-2,1%
Commodities diversas	64,2%	61,0%	217,3%	1.097,1%	-35,0%	96,9%	28,3%	-40,9%	0,9%	88,4%
Metais preciosos compostos, isótopos e químicos inorgânicos	425,0%	42.757,1%	-55,7%	-41,8%	734,5%	917,2%	-0,2%	-35,4%	86,1%	-73,9%
Borracha e artigos derivados	106,8%	73,4%	-23,3%	1,2%	-35,1%	45,1%	22,5%	130,3%	30,6%	52,3%
Obras de arte, peças de colecionador e antiguidades	-37,6%	92,6%	48,2%	-41,8%	12,3%	51,2%	-52,0%	-14,1%	327,6%	48,1%
...										
Total geral	22,5%	-0,9%	40,6%	80,3%	-25,5%	100,9%	22,7%	0,2%	10,6%	-11,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 06 – As Exportações de produtos congolese, por país de destino entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
China	99585	175772	368550	460176	1583860	1136448	2505716	3161988	3527095	2745655	2815742
Zâmbia	14120	21791	31365	127899	534743	486732	1268675	1330355	1267366	1846621	1459253
Itália	15256	19650	25538	31180	19597	13478	85039	22824	124153	694133	609904
Bélgica	579531	575747	513592	502446	509632	234628	294204	366249	365191	327885	317600
Coreia do Sul	611	139	225	5935	2753	22848	97879	149197	236584	221462	261311
Finlândia	257417	116107	125342	192857	325967	101920	130459	89405	175316	155828	241984
Turquia	30	76	548	1164	882	6178	3170	18933	40888	63111	198229
Estados Unidos	131965	269134	86145	208501	270587	338952	527634	605570	40992	75559	154413
Índia	1292	5171	18670	17122	114316	137747	11910	6014	19933	24146	118258
Alemanha	7931	16153	17585	16956	14214	21072	22978	14754	100913	135398	113603
...
Total geral	2134492	2399045	1485356	2087892	3764685	2806333	5639217	6917708	6931692	7665235	8219411

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 07 – As Taxas de Exportações de produtos por país entre 2005 e 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
China	76,5%	109,7%	24,9%	244,2%	-28,2%	120,5%	26,2%	11,5%	-22,2%	2,6%
Zâmbia	54,3%	43,9%	307,8%	318,1%	-9,0%	160,7%	4,9%	-4,7%	45,7%	-21,0%
Itália	28,8%	30,0%	22,1%	-37,1%	-31,2%	530,9%	-73,2%	444,0%	459,1%	-12,1%
Bélgica	-0,7%	-10,8%	-2,2%	1,4%	-54,0%	25,4%	24,5%	-0,3%	-10,2%	-3,1%
Coreia do Sul	-77,3%	61,9%	2.537,8%	-53,6%	729,9%	328,4%	52,4%	58,6%	-6,4%	18,0%
Finlândia	-54,9%	8,0%	53,9%	69,0%	-68,7%	28,0%	-31,5%	96,1%	-11,1%	55,3%
Turquia	153,3%	621,1%	112,4%	-24,2%	600,5%	-48,7%	497,3%	116,0%	54,4%	214,1%
Estados Unidos	103,9%	-68,0%	142,0%	29,8%	25,3%	55,7%	14,8%	-93,2%	84,3%	104,4%
Índia	300,2%	261,1%	-8,3%	567,7%	20,5%	-91,4%	-49,5%	231,4%	21,1%	389,8%
Alemanha	103,7%	8,9%	-3,6%	-16,2%	48,2%	9,0%	-35,8%	584,0%	34,2%	-16,1%
...										
Total geral	12,4%	-38,1%	40,6%	80,3%	-25,5%	100,9%	22,7%	0,2%	10,6%	7,2%

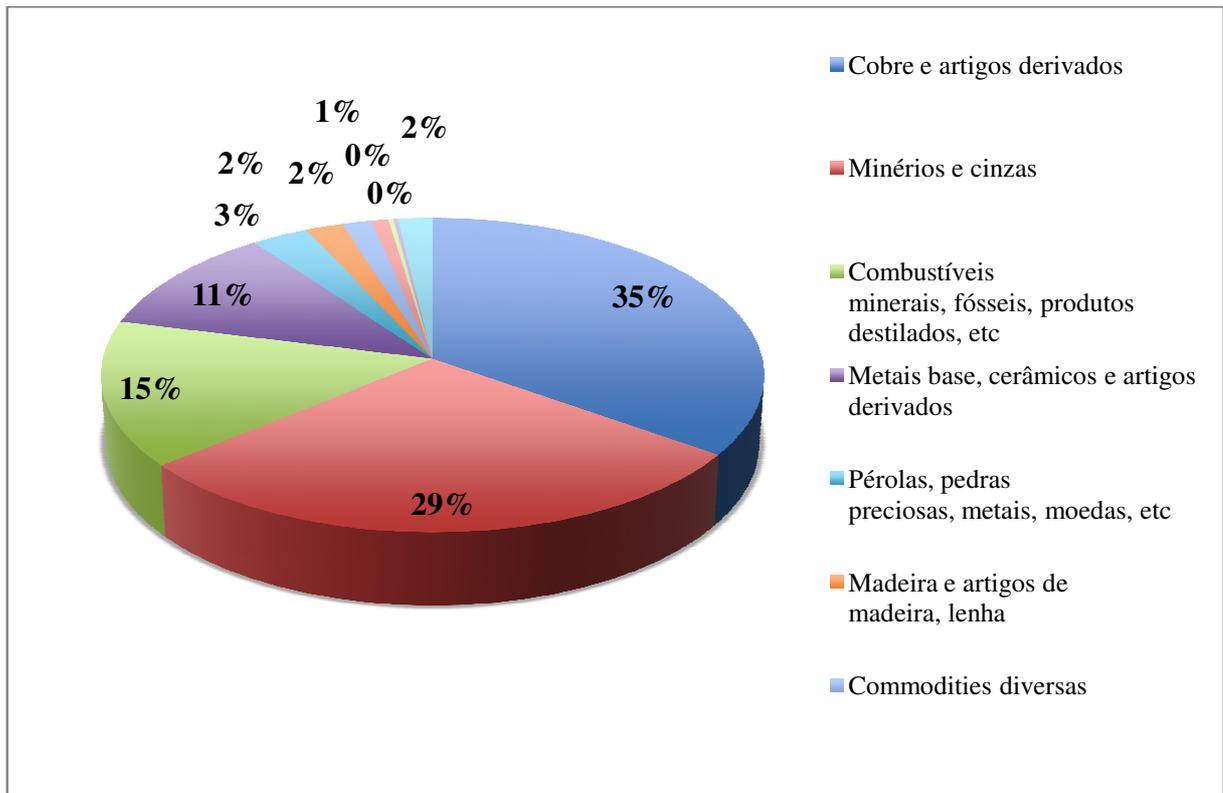
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Analisando os dados apresentados na Tabela 04, observa-se que a República Democrática do Congo exporta os alimentos e as matérias primas. Em outras palavras, a economia congoleza depende muito das exportações das matérias primas.

De acordo com a proposta de Prebisch (1949) sobre a teoria de dependência dos países subdesenvolvidos, observa-se que a situação econômica da República Democrática do Congo tem muitas semelhanças com da América Latina na década de 30. Existe ainda o antigo esquema da divisão internacional do trabalho, cabia à América Latina, o seu papel específico no sistema econômico mundial de produzir alimentos e matérias primas para os países industrializados.

A realidade da República Democrática do Congo apresenta as características dessa divisão internacional. Observa-se na Tabela 04 e na Tabela 08 que a economia congoleza é praticamente baseada na exportação dos bens primários e na importação dos bens de capital.

Gráfico 03 – As exportações por categoria de produtos em 2014 em \$ US 1,000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial

Analisando o gráfico 03, observa-se que os minérios são os produtos principais que o congo exportou em 2014, 35% de cobre e artigos derivados, 29% minérios derivados de cinza, e, 15% de combustíveis minerais, fósseis e produtos destilados.

Dessa forma, a Teoria de dependência dos países subdesenvolvidos apresentada por Prebisch (1949), se encaixa na realidade congoleza pelo fato que se trata dos países que são antigas colônias. Na mesma perspectiva que Machado (2012) aponta que a dependência de exportações de *commodities* primárias foi iniciada desde a época colonial. Os efeitos do colonialismo, como o desmantelamento do modo de produção africano e a consequente dependência de exportação de *commodities* primárias, foram responsáveis ainda pelo enfraquecimento ou paralisação de segmentos da economia.

De acordo com a lei das vantagens comparativas apresentada por Mantega (1995), a premissa da divisão internacional do trabalho era que mediante o intercâmbio internacional, os países que produzem os bens primários não precisam industrializar-sepois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados.

Porém, Prebisch (1949) aponta a ineficiência dessa premissana periferia, pois não chegaram os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade na mesma medida que nos países desenvolvidos.

Da mesma forma, Mantega (1995) afirma que os países da periferia ou subdesenvolvidos eram prejudicados por inúmeras desvantagens na função de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. O centro desenvolvido não transferia seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada.

Furtado (2000) desaprova o sistema de divisão internacional do trabalho fundado nas vantagens comparativas. Segundo o autor, os países periféricos absorvem menos progresso tecnológico por unidade de investimento do que os países mais desenvolvidos. Ele afirma que a evolução da economia internacional deu origem a uma transferência persistente de recursos dos países subdesenvolvidos em benefícios dos industrializados. Em outras palavras, observam-se que os produtos primários são vendidos aos países desenvolvidos a preços reais declinantes.

De acordo com os argumentos apresentado por Furtado (2000), observa-se que a República Democrática do Congo não tem vantagens positivas como sustentava a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho.

Exemplo disso, é o padrão de vida na República Democrática do Congo, existe uma grande disparidade nos padrões de vida entre a população congoleza com a população de grandes centros. A tabela 03 mostra bem essa realidade, observa-se que os congolezes vivem em media com menos de dois dólares por dia.

Para mudar essa deterioração de termos de troca entre o centro e a periferia, Prebisch (1949) ressalta a importância fundamental da industrialização nos países subdesenvolvidos. Para ele, a industrialização é o único caminho de que estes dispõem para beneficiar-se uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida da sua população.

Assim, de acordo com a proposta de Prebisch (1949), a República Democrática do Congo precisa rever as condições essenciais para o desenvolvimento da sua indústria. Os dirigentes precisam dotar no Congo uma indústria cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida da população congoleza. é que se disponha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática.

Apesar de um amplo debate sobre o problema da dependência da exportação de bens primários, assentado nas teorias da dependência e do imperialismo, como uma ferramenta para tornar a economia do continente africano menos dependente das exportações, não houve avanços significativos do ponto de vista da estrutura econômica desde a independência.

A falta de reformas na economia, a má gestão das políticas públicas e sobretudo a corrupção existente em todos níveis da sociedade congoleza mantiveram as exportações agrícolas, minerais e energéticas como setores de maior rentabilidade.

De acordo com Machado (2012), o surgimento de novo ciclo econômico mundial e a ascensão da China no cenário econômico internacional trouxeram mais uma vez centralidade à África como fornecedora estratégica de matéria prima para os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O aumento dos investimentos no continente africano por meio de um processo de crescente globalização, aumentaram o PIB africano e seu índice de crescimento. Contudo, não foram capazes de por fim às guerras civis, à instabilidade política e à extrema pobreza.

5.3. AS IMPORTAÇÕES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A importação compreende a entrada temporária ou definitiva em território nacional de bens originários ou procedentes de outros países. Em outros termos, a importação pode ser considerada como o processo comercial e fiscal que consiste em trazer um produto ou um serviço, do exterior para o país determinado.

O procedimento deve ser efetuado via nacionalização do produto ou serviço, que ocorre a partir de procedimentos ligados à receita do país de destino. O descarregamento ou entrega pode ser feito via aérea, marítima, rodoviária ou ferroviária.

No caso da República Democrática do Congo, observa-se o aumento devido à dependência do país diante das necessidades de importação dos bens de capital e de bens de consumo manufaturados (Perspectives économiques en Afrique, 2012, p.5).

Tabela 08 – As importações por categoria de produtos entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Maquinário, reatores nucleares, caldeiras, etc	123324	186667	250095	341929	544254	398809	494429	704079	871705	1011377	885546
Equipamentos elétricos e eletrônicos	93776	106674	162788	223944	289872	218615	226159	672976	520142	513062	555703
Combustíveis minerais, fósseis, produtos de destilação, etc	133207	232332	971202	320690	401693	245236	578208	250524	425113	404161	417884
Veículos diferentes de elétricos e ferroviários	81939	121464	142356	203781	287173	199031	272332	363353	449846	557283	389814
Metais preciosos compostos, isótopos e químicos inorgânicos	9194	9110	17311	33330	53175	59986	79726	130237	190918	350647	306909
Artigos de ferro e aço	28735	63646	55286	123281	214656	138769	184191	246154	399260	346806	295038
Produtos farmacêuticos	54237	46739	60574	90738	75418	137831	136946	196476	188543	263106	244268
Sal, enxofre, solo, pedras, gesso, adubo e cimento	21929	19923	24238	35298	93497	104958	132305	170711	202384	328511	228543
Plásticos e artigos relacionados	26063	47024	77298	99093	149426	125948	150596	190992	187885	236786	203565
Carnes e miúdos comestíveis	36731	44181	51566	75684	80248	89834	102454	126463	141705	153292	171242
...
Total geral	1228561	1620980	2986463	2866743	3909046	3204472	4314865	5282936	6017015	6953554	6393425

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 09 – As Taxas de Crescimento importações por categoria de produtos entre 2005 e 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Maquinário, reatores nucleares, caldeiras, etc	51,4%	34,0%	36,7%	59,2%	-26,7%	24,0%	42,4%	23,8%	16,0%	-12,4%
Equipamentos elétricos e eletrônicos	13,8%	52,6%	37,6%	29,4%	-24,6%	3,5%	197,6%	-22,7%	-1,4%	8,3%
Combustíveis minerais, fósseis, produtos de destilação, etc	74,4%	318,0%	-67,0%	25,3%	-38,9%	135,8%	-56,7%	69,7%	-4,9%	3,4%
Veículos diferentes de elétricos e ferroviários	48,2%	17,2%	43,1%	40,9%	-30,7%	36,8%	33,4%	23,8%	23,9%	-30,1%
Metais preciosos compostos, isótopos e químicos inorgânicos	-0,9%	90,0%	92,5%	59,5%	12,8%	32,9%	63,4%	46,6%	83,7%	-12,5%
Artigos de ferro e aço	121,5%	-13,1%	123,0%	74,1%	-35,4%	32,7%	33,6%	62,2%	-13,1%	-14,9%
Produtos farmacêuticos	-13,8%	29,6%	49,8%	-16,9%	82,8%	-0,6%	43,5%	-4,0%	39,5%	-7,2%
Sal, enxofre, solo, pedras, gesso, adubo e cimento	-9,1%	21,7%	45,6%	164,9%	12,3%	26,1%	29,0%	18,6%	62,3%	-30,4%
Plásticos e artigos relacionados	80,4%	64,4%	28,2%	50,8%	-15,7%	19,6%	26,8%	-1,6%	26,0%	-14,0%
Carnes e miúdos comestíveis	20,3%	16,7%	46,8%	6,0%	11,9%	14,0%	23,4%	12,1%	8,2%	11,7%
...										
Total geral	31,9%	84,2%	-4,0%	36,4%	-18,0%	34,7%	22,4%	13,9%	15,6%	-8,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 10 – As Importações de produtos por país entre 2004 e 2014 em \$ US 1,000

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
China	36986	49709	68765	94011	234581	321209	473405	826685	837486	948752	1362040
África do Sul	207872	275943	363684	621797	1125162	573817	848266	1095092	1480289	1364870	1242221
Zâmbia	105857	97421	134353	245944	287067	300853	333526	584111	725079	1187689	799854
Bélgica	187152	237692	230907	283498	394184	326385	357164	440137	449953	489174	422172
Tanzânia	41701	62343	58409	83815	144637	85459	156081	128102	187353	237559	281493
Índia	1675	2891	1759	3252	3802	17663	11168	6709	120750	145160	220740
França	121558	130433	175743	189270	183801	229589	226943	243772	275416	299453	208879
Estados Unidos	66861	64449	70719	112907	130260	79856	93267	165925	199549	169806	181849
Uganda	28913	60404	44820	100046	124990	156606	183992	182441	240881	268175	181680
Alemanha	65359	66034	63531	92764	123167	108498	124097	160544	171352	219800	173823
...
Total geral	1724027	2221749	2986463	2866743	3909046	3204472	4314865	5282936	6017015	6953554	7647213

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Tabela 11 – As Taxas de Exportações de produtos por país entre 2005 e 2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
China	34,4%	38,3%	36,7%	149,5%	36,9%	47,4%	74,6%	1,3%	13,3%	43,6%
África do Sul	32,7%	31,8%	71,0%	81,0%	-49,0%	47,8%	29,1%	35,2%	-7,8%	-9,0%
Zâmbia	-8,0%	37,9%	83,1%	16,7%	4,8%	10,9%	75,1%	24,1%	63,8%	-32,7%
Bélgica	27,0%	-2,9%	22,8%	39,0%	-17,2%	9,4%	23,2%	2,2%	8,7%	-13,7%
Tanzânia	49,5%	-6,3%	43,5%	72,6%	-40,9%	82,6%	-17,9%	46,3%	26,8%	18,5%
Índia	72,6%	-39,2%	84,9%	16,9%	364,6%	-36,8%	-39,9%	1.699,8%	20,2%	52,1%
França	7,3%	34,7%	7,7%	-2,9%	24,9%	-1,2%	7,4%	13,0%	8,7%	-30,2%
Estados Unidos	-3,6%	9,7%	59,7%	15,4%	-38,7%	16,8%	77,9%	20,3%	-14,9%	7,1%
Uganda	108,9%	-25,8%	123,2%	24,9%	25,3%	17,5%	-0,8%	32,0%	11,3%	-32,3%
Alemanha	1,0%	-3,8%	46,0%	32,8%	-11,9%	14,4%	29,4%	6,7%	28,3%	-20,9%
...										
Total geral	28,9%	34,4%	-4,0%	36,4%	-18,0%	34,7%	22,4%	13,9%	15,6%	10,0%

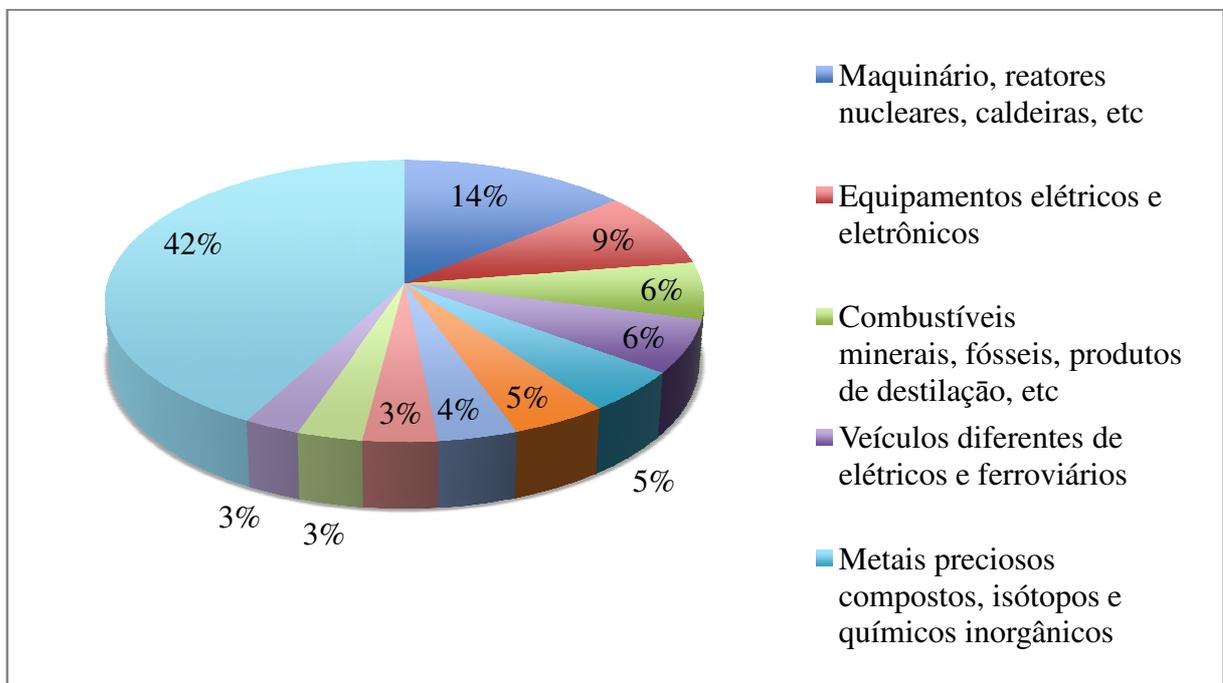
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de International Trade Centre (2015)

Analisando os dados apresentados na Tabela 08 e na Tabela 09, observa-se que a República Democrática do Congo importa os bens semimanufaturados, manufaturados e bens de capital. Em outras palavras, a economia congoleza depende muito das importações dos bens de capital.

Embora a República Democrática do Congo detenha as principais matérias primas, faltam as indústrias no país capazes de transformá-las em bens agregados. Na realidade permanece a mesma forma produtiva que existia durante o período colonial. O Congo continua com o papel de exportar as matérias primas para os países industrializados.

Analisando os dados apresentados na Tabela 10 e 11, observa-se que desde 2004 a China é o país que mais importa as matérias primas no Congo. O ano 2008 tem a maior taxa de exportações de produtos para a China. Isso se justifica pelo acordo feito entre o governo congolês com o governo chinês.

Gráfico 04 – As importações por categoria de produtos em 2014 em \$ US 1,000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados Banco Mundial

5.4 AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE A ÁFRICA E A CHINA

Embora as relações comerciais entre a África e a China sejam seculares, foi após o fim da Guerra Fria que a relação se intensificou. Nos anos 1960 e 1970, a China apoiava as manifestações anticoloniais, intitulando-se líder dos países africanos.

Segundo Machado (2012), dentre os investimentos feitos sob a forma de ajuda ao desenvolvimento na região nesta época, o mais significativo foi a construção da ferrovia para ligar a Tanzânia socialista à Zâmbia. A realização dessa grande obra mobilizou 13.500 trabalhadores chineses e um empréstimo sem juros de 412 milhões de dólares. Porém essa ferrovia tinha o intuito de transportar cerca de 300 mil toneladas de cobre provenientes de Zâmbia e da República Democrática do Congo.

O mesmo autor afirma que o envolvimento chinês na África tornou-se mais evidente a partir da década de 1990. Entre os meios de aproximação com a África, a China tem utilizado o perdão da dívida, investimentos, ajuda internacional e tem participado nas operações de paz no continente.

Assim, o governo chinês lançou em 2001 sua política global “zouchuqu”, é meramente uma política de incentivo às empresas estatais chinesas na busca por acesso de longo prazo aos recursos naturais. Desse modo, as empresas de construção chinesas têm recebido créditos de exportação, empréstimos bancários garantidos pelo governo e políticas de ajuda financeira, estas implementadas por bancos estatais chineses, para realizar seus contratos na África. Atualmente, existem empresas chinesas na maioria dos países africanos.

Para Machado (2012), essa política visa possuir ou controlar as concessões de recursos naturais, de modo a garantir o fornecimento desse material antes de seus concorrentes, especialmente em momentos de crise. As exportações africanas para a China tornaram-se muito mais significativas do que para a Europa e para os Estados Unidos.

A República Democrática do Congo (Kinshasa) é um dos principais receptores de ajuda internacional proveniente da China e importante fornecedor de recursos naturais, especialmente cobre e cobalto. Em 2007, a ADO líquida chinesa equivalia a 25.2% das receitas nacionais brutas. A China tem reconstruído infraestrutura crítica no país que garanta o acesso aos recursos.

Em maio de 2008, por exemplo, depois de várias negociações entre o governo congolês com o governo chinês, a China forneceu um empréstimo para o desenvolvimento de infraestrutura relacionada a recursos naturais em longo prazo no valor de 6 bilhões de dólares e utilizou mais U\$ 3,25 bilhões em compra de ativos de mineração. No projeto lançado pelo governo congolês com a parceria com a China “cinq chantiers”, a China vai realizar a construção de aproximadamente 3.900 quilômetros de estradas e 3.200 quilômetros de estrada de ferro, está incluída a construção de 2 universidades, 32 hospitais e 145 centros de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou estudar o impacto do imperialismo e a manutenção posterior dos laços de dependência da economia da República Democrática do Congo após sua independência. Especificamente, caracterizar a colonização do Congo pela Bélgica e estudar a sua história .

De maneira específica, buscou-se: a) apontar os motivos pelos quais as grandes potências mundiais da época partilharam o mundo; b) estudar o processo colonial na República Democrática do Congo, caracterizando a economia congoleza durante e após a colonização pela Bélgica; c)confrontar a teoria do imperialismo com a teoria da dependência.

Dessa forma, deve-se levar em consideração também os fatores antropológicos, sociológicos e políticos envolvidos para a realização desta pesquisa. A despeito do enorme desafio, o presente trabalho não tem por pretensão esgotar o problema, mas apresentar questões para desenvolvimento dos futuros trabalhos, levando em conta o que foi acima mencionado.

A partir do estudo feito nos capítulos anteriores observa-se que a economia congoleza vem sofrendo perturbações constantes, partindo de formas de produção tradicionais africanas até a economia capitalista, passando pela dependência colonial e por vários interesses dos grupos capitalistas.

Em atenção ao primeiro objetivo específico, apontam-se os motivos pelos quais as grandes potências mundiais dividiram o mundo. Elas buscaram aumentar o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. Os capitalistas buscam os motivos financeiros, aplicar o capital financeiro no lugar que possa haver mais lucro. Dessa forma, a partilha do mundo entre as maiores potências capitalistas para exportar o capital, adquiriu uma importância de primeiro plano.

Os imperialistas tinham praticamente três metas na busca da conquista desses mercados não capitalistas: a primeira é de apropriar-se das matérias-primas do continente africano, a segunda é a destruição dos métodos de produção tradicionais já existentes, e, a quarta é a transformação da economia local em economia de mercados.

No que tange ao segundo objetivo específico, nota-se que a República Democrática do Congo se tornou uma colônia após a partilha do continente africano em 1885. Durante a colonização, o Congo era uma barata fonte de matérias primas, onde os recursos eram explorados, ou seja, os europeus capitalistas penetraram o território congolês somente para permitir a extração e a transferência de recursos para a Bélgica.

A colonização belga é considerada como uma das mais incisivas e duras em relação às outras colonizações. Ela recorria a uma brutalidade maior no trato da população congoleza, ela praticava todas as formas de coerção, inclusive as que se aproximavam da escravidão. Em outras palavras, essa colonização é uma das mais cruéis e das mais brutais de todos os países africanos.

Além da pilhagem, os belgas se consagraram pelas tentativas de eliminação das culturas congolezas que eles consideram como inferiores. Assim, eles impõem o modelo cultural europeu no Congo. A população congoleza discriminada por causa da sua raça negra. Dessa forma o racismo era uma arma usada pela instituição colonial.

Após a sua independência, como a sociedade congoleza não foi preparada para assumir a administração do país, por falta de quadros políticos qualificados para enfrentar os desafios pós-coloniais, a economia do país ficou estagnada. Apesar de suas imensas riquezas minerais, a sua população é muito pobre. O país não conseguiu apresentar um processo de crescimento econômico.

O período após a independência foi marcado pelos caos no quadro político do país. A população congoleza viveu a instabilidade política marcada pelas ditaduras de Mobuto e depois de Laurent Desiré Kabila. Esse período caracteriza-se pelo fim de conflito armado eo início da democracia no país

No tocante ao terceiro e, último objetivo específico nota-se que os países que eram colonizados mantêm certa dependência econômica das grandes potências mundiais mesmo depois das suas independências.

Dessa forma, percebe-se que imperialismo influenciou socialmente e economicamente a situação do Congo durante sua colonização. É muito difícil medir esse impacto na vida dos congolezes, em termos objetivos. Porém, não pode se negar que o imperialismo trouxe consequências negativas para a trajetória de desenvolvimento do Congo

A interpretação dos dados das exportações e importações da República Democrática do Congo foi baseada na teoria de dependência dos países da América Latina, discutida através da CEPAL. Quanto às análises do PIB e PIB per capita, observa-se uma melhoria desde o início do processo da democratização do país, com a transição que começou em 2001. Pela primeira vez em muitos anos, a economia voltou a apresentar as taxas de crescimento positivas do PIB e o PIB per capita a partir de 2002. Porém, esse crescimento não afetou muito a situação de desenvolvimento humano, já que o país ficou no último lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano em 2011 e 2012.

No que tange a pauta de exportações e importações, ao longo de todo período estudado, nota-se que o Congo continua exportando os bens primários (cobre, minérios e artigos derivados, combustíveis,...) ao passo que importa os bens manufaturados a grande valor agregado.

Apesar de passar muitos anos de turbulências políticas e conflitos armados, o povo da República Democrática do Congo consentiu enormes sacrifícios para a busca dos caminhos para envolver este grande país da África sub-saariana no processo de desenvolvimento sustentável. Assim, a esperança dos congoleses é que o futuro do país seja melhor e de muita prosperidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rafael. **O Imperialismo e sua Atualidade na Análise do sistema Capitalista Internacional**. Cadernos do Tempo Presente. Edição n. 03, abril de 2011.

BAKAND'OLINKA, DésiréIkanga A Mponga. **CAUSES ET CONSÉQUENCES DES PROGRAMMES D'AJUSTEMENT STRUCTUREL EN RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO (R.D.C.)**. Thèse présentée en vue de l'obtention du doctorat en sciences économiques à l'Université Paris Ouest Nanterre. Paris, Mars 2014.

Banque Africaine de Développement. **Perspectives économiques en Afrique**, 2012.

Banque Mondial. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 13 setembro 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume I. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

ESTEVES, Francisco Patrício. **Angola: A transação de uma economia planificada para a economia de mercado (1975-2000)**. João Pessoa, 2002.

FIELDHOUSE, David K. **Les empires coloniaux à partir du XVIIIe siècle**. Bordas, 1973.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HOBBSBAWN, E. J. **A era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4.ed.rev.São Paulo: Cengage Learning, 2009.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro, 2.ed., Rio de Janeiro, 2005.

ILIFFE, John. **Os africanos, história dum continente**. Lisboa: Terramar, 1994.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo, 2.ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

MACHADO, Leticia Wittlin. **AS GRANDES POTÊNCIAS EM DIREÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS SUBSAARIANOS : PARTICIPAÇÃO NOS CONFLITOS LOCAIS**. Rio de Janeiro, junho de 2012.

MACKENZIE. **A partilha da África 1880-1900**. São Paulo: Ática. 1994.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Interpretações clássicas do imperialismo**. Instituto de economia UNICAMP, 2013.

MARX, K. **O capital: capítulo VI inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 2005.

MILANI, Martinho Camargo. **Estado Livre do Congo: Imperialismo, a Roedura Geopolítica (1885-1908)**. Dissertação de programa de pós-graduação em história econômica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Ministério das Relações Exteriores (MRE), Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR), Divisão de Inteligência Comercial (DIC). **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: COMERCIO EXTERIOR**. Brasília: agosto de 2015.

MOTA, Júlio. LOPES, Luís. ANTUNES, Margarida. **CICLO INTEGRADO DE CINEMA, DEBATES E COLOQUIOS NA FEUC 2010/2011**. Os Minérios do Katanga na Economia Global : a visão do cineasta Thierry Michel. Coimbra, 13 de Dezembro.

MUNANGA, Kabengele. **A República Democrática do Congo – RDC**. África. Rio de Janeiro. Março, 2007.

NOVAIS, F.A. **Aproximações: estudo de história e historiografia**, São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OMANA, Adrien Omombo. **Pour une croissance économique durable de la République Démocratique du Congo.** Une approche methodique, Imprimerie Cedi, Kinshasa, 2000.

Organisation Mondial du Commerce. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 25 setembro 2015.

PAQUIER, Nadège. TIEDEMANN, Diane. **La colonization du Congo.** Bélgica. Novembro, 2006.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser . Marcos, Nelson. **Doença holandesa e indústria.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Lisboa: Herber, 1967.

Pole Institute. Institut Interculturel dans la Région des Grands Lacs. Republica Democrática do Congo, Goma. Julho, 2010.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** In Revista Brasileira de Economia, 1949.

RIBEIRO, C.P. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: Influência no debate sobre a questão regional brasileira.** Disponível em <tcc.bu.ufsc.br/Economia292769>. Acessado em 08 outub. 2012.

ROUX, Christophe. WIGGER, Loïc. MARQUES, Andrea Monteiro. **La colonisation Du Congo.** Disponível em: « <http://www.ldh-toulon.net/spip.php?article1391> ». Acessado em fevereiro 2013.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo.** Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **IMPERIALISMO e Classes Sociais.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. **Memória D'Àfrica.** A temática africana em sala de aula. Ed. Cortez: São Paulo, 2007.

SILVA, Igor Castellano. **Guerra e Construção do Estado na Rep. Democrática do Congo:** A definição militar do conflito como pré-condição para a paz. Porto Alegre, 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI au século XX** / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa, Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico.** 6. Ed. São Paulo: Atlas. 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **A GLOBALIZAÇÃO e seus malefícios.** A promessa não-cumprida de benefícios globais. Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo : Futura, 2002

STIGLITZ, Joseph E. KARL , Terry Lynn. **Reportando o petróleo.** Um Guia Jornalístico sobre Energia e Desenvolvimento. New York, 2005.

UNESCO. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935** / editado por Albert AduBoahen. 2.ed.rev, Brasília:2010.